



Centro Universitário de Brasília – CEUB

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES

Curso de Psicologia

**Processos identitários e feminismo na sociedade brasileira atual a partir da perspectiva
de mulheres**

Julia Espinosa Bittar

Brasília - DF

Dezembro de 2023



Centro Universitário de Brasília – CEUB

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES

Curso de Psicologia

**Processos identitários e feminismo na sociedade brasileira atual a partir da perspectiva
de mulheres**

Julia Espinosa Bittar

Monografia apresentada à Faculdade de
Ciências da Educação e Saúde do
Centro Universitário de Brasília –
CEUB como requisito parcial à
conclusão do Curso de Psicologia.
Orientadora: Profª. Dra. Ana Flávia do
Amaral Madureira

Brasília - DF

Novembro de 2023

Folha de avaliação

Autora: Julia Espinosa Bittar

Título: Processos identitários e feminismo na sociedade brasileira atual a partir da perspectiva de mulheres

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a Dr.^a Ana Flávia do Amaral Madureira

Prof.^a Dr.^a Daniela Borges Lima de Souza

Prof. Dr. Lucas Alves Amaral

Brasília - DF

Novembro de 2023

Sumário

Resumo.....	vi
Introdução.....	1
Objetivo geral:.....	12
Objetivos específicos:.....	12
1. O Início do Feminismo como um Movimento Social e Político.....	13
2. Estudos Feministas e o Conceito de Gênero.....	20
2.1. Desconhecimento e compartilhamento de informações falsas sobre o feminismo.....	24
3. A Importância da Educação e da Psicologia no Combate ao Sexismo.....	30
4. Identidades Sociais, Preconceitos e a Construção do Processo de Pertencimento a Determinados Grupos.....	35
5. Metodologia.....	42
5.1 Participantes	43
5.2 Materiais e instrumentos.....	44
5.3 Procedimentos de construção de informações.....	44
5.4 Procedimento de análise.....	46
6. Resultados e Discussão.....	47
6.1. As percepções das participantes sobre ser mulher e sobre o feminismo no Brasil na atualidade.....	47
6.2. Processos de identificação com o feminismo: aproximação e distanciamento...57	
6.3. A construção de um feminismo mais acolhedor e sensível: contribuições das participantes.....	64

Considerações finais.....	74
Referências Bibliográficas.....	78
Anexos.....	83
Anexo A: Termo de Compromisso Livre e Esclarecido.....	83
Anexo B: Roteiro de Entrevista.....	86
Anexo C: Parecer do CEP CEUB.....	88

Resumo:

O feminismo é um movimento que visa destituir a opressão e a exploração sexista. Com isso, percebe-se que ele é um movimento que foi e ainda é muito importante pela sua luta por igualdade nas relações entre homens e mulheres em nossa sociedade. Porém, percebe-se que, atualmente, com a quantidade de informações disponíveis no mundo globalizado, algumas informações distorcidas são produzidas e compartilhadas sem cautela. Além disso, existem movimentos antifeministas, geralmente compostos por pessoas conservadoras e/ou religiosas fundamentalistas, que visam retroceder nos avanços que o feminismo já conquistou e impedir novos avanços. O que tem formado uma imagem inconsistente e, muitas vezes, distorcida, sobre o feminismo no imaginário social do Brasil. Dessa maneira, o objetivo geral da pesquisa foi: investigar as transformações do feminismo no Brasil na atualidade a partir da percepção de diferentes mulheres. Assim, foram realizadas quatro entrevistas individuais semiestruturadas virtuais com mulheres com diferentes pertencimentos étnico-raciais, idades e sexualidades. De forma geral, as participantes acreditam que o feminismo teve e têm contribuições importantes, mas que são realizadas distorções sobre o movimento atualmente, seja por feministas, seja por antifeministas. Ademais, os resultados da pesquisa indicaram o quão importante é a educação, de forma consistente, sobre o que é o feminismo e o que constitui suas pautas, bem como a promoção de maior acessibilidade aos conhecimentos produzidos por feministas e de um feminismo mais acolhedor. Nesse sentido, a Psicologia, como ciência e como profissão, pode contribuir valiosamente no processo de disseminação, de forma acessível, do conhecimento feminista.

Palavras-chave: feminismo; movimento feminista, distorção; antifeministas; conhecimento.

Introdução

O sexismo e as desigualdades de gênero são uma realidade que têm sido enfrentadas por meio de reivindicações dos movimentos feministas, de forma que passa a ser muito mais questionado e desafiado o sistema patriarcal e sexista, colaborando para a desconstrução das desigualdades de gênero. Além disso, ocorreu uma mudança de extrema relevância e impacto em todo o mundo, que afetou/afeta o curso do avanço das lutas feministas. Essa mudança foi a globalização e criação de novas tecnologias de informação e comunicação que possibilitaram o acesso às informações de forma muito mais prática, rápida e rica (no sentido de quantidade de informações).

Em um mundo globalizado, as fronteiras entre países e culturas diferentes são diluídas e, juntamente com a proposta do capitalismo e do consumismo, ocorre um efeito de “supermercado cultural”, onde tudo está supostamente disponível e sujeito a ser integrado à identidade dos indivíduos (Hall, 1998). Como afirma Goulart (2012), a ampliação dessa rede de informações traz, muitas vezes, uma inquietação nas pessoas de se comunicarem, a partir disso ocorre um compartilhamento intercultural muito mais efetivo.

Além disso, nos países ocidentais, com a ascensão do liberalismo na Modernidade, a liberdade de consciência e expressão passam a ser reconhecidas como direitos essenciais de cada indivíduo (Lionço, 2017). Historicamente, passou a ser um direito o ato de se pronunciar, especialmente no que diz respeito à própria individualidade, no sentido que se atribui ao mundo em que se vive e sobre a vida em coletividade (Lionço, 2017).

Assim, são produzidas novas “posições de identificação”, que, de acordo com Hall (1998), são mais políticas, bem como plurais e diversas. Nesse sentido, cada pessoa passa a ter mais noção de suas identidades (posições) sociais, bem como do espaço hierárquico que ocupa e/ou que outros ao seu redor ocupam (Hall, 1998). Assim, tornam-se mais vinculados

(sentimento de pertencimento) a seus grupos e, portanto, passando a investir mais no que concerne e interfere no bem-estar de seus grupos identitários.

Esses fatores, por um lado, funcionam como aliados aos movimentos feministas e igualitários em geral, pois a disseminação de seus preceitos torna-se muito mais rápida, desde cedo sendo possível provocar reflexões relacionadas ao mundo atual e ao sistema sexista e patriarcal. Assim, os/as jovens passaram a ter acesso muito mais fácil às informações e eventos que acontecem no mundo, por sua vez, influenciando no envolvimento político maior dos indivíduos desde a juventude.

Contudo, com o fácil acesso às informações e considerando, também, essa “necessidade de comunicação” acentuada na atualidade, percebe-se o compartilhamento de todo tipo de opiniões, até mesmo as falsas. Gomes, Penna e Arroio (2020) argumentam que a velocidade adquirida na era das novas tecnologias de comunicação e informação contribui para a crença em informações errôneas. Ou seja, o poder de alta disseminação de informações minimamente convincentes mostra-se danoso quando o conteúdo é enganoso. Além disso, percebe-se a formação de grupos e comunidades que se baseiam em argumentos descontextualizados apoiados em informações equivocadas, como a notável formação de grupos "antifeministas", que argumentam sobre o aparente potencial destrutivo que o feminismo traz para a sociedade.

Hall (1998) prevê que, com o processo de diluição das culturas e formação de identidades menos fixas, surgem grupos que buscam se ater ao que já é conhecido e tradicional. O que explica o fortalecimento de grupos e instituições conservadoras e ultraconservadoras na atualidade, como uma reação à diluição das fronteiras simbólicas entre distintas culturas. Portanto, certas lutas como, por exemplo, contra a suposta “ideologia de gênero” são movimentos de resistência contra avanços essenciais do feminismo e do movimento LGBTQIA + (Miskolci & Campana, 2017).

Para os grupos ultraconservadores, a nova onda do feminismo e as reivindicações dos movimentos igualitários visam o fim do construto familiar socialmente considerado “padrão” e a destituição das hierarquias sexuais que, de acordo com eles, são organizações “naturais” e devem ser mantidas intactas pelo “bem” da sociedade (Junqueira, 2022; Oliveira, 2022).

Muitas vezes guiados por preceitos religiosos cristãos intolerantes e enrijecidos, esses argumentos ganham espaço na medida em que forças políticas passam a ser criadas para efetivar projetos de regressão de normas e leis (Lionço, 2017). Essa regressão, defendida por setores ultraconservadores com o seu projeto reacionário de poder. no Brasil e em outros países (Junqueira, 2022), representaria o desejo de “voltar atrás” ao que já foi alcançado no âmbito da Lei e no que se refere aos Direitos Humanos, ou seja, o que o ser humano deve ter como básico para a preservação e promoção de sua vida, dignidade e saúde.

Um exemplo disso seria a formação da “Psicologia Cristã”, defendida por psicólogos/as que desejam orientar a atuação profissional a partir do viés religioso cristão. Além de não ser uma atuação reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), apoia pautas que vão contra o respeito aos Direitos Humanos, como a de permitir “terapias” de cura gay (Lionço, 2017). Vale lembrar que, em 1999, entrou em vigor a Resolução 1/99 do CFP, que reafirma o dever dos/das psicólogos/as com uma atuação pautada em princípios éticos e coíbe práticas e condutas que favoreçam a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas (Conselho Federal de Psicologia, 1999).

Junqueira (2022) discorre que esses projetos de regressão giram em torno do restabelecimento de uma sociedade mais conservadora e tradicionalista, alimentando um pânico moral de que movimentos feministas e LGBTQIA + ameaçam o bem-estar das crianças e a “ordem natural” da sociedade. Contudo, esses grupos fazem afirmações descontextualizadas ou completamente falsas e constroem argumentações estereotipadas

sobre o que os movimentos ativistas de fato procuram. Percebe-se, portanto, que o direito de expressão tomou uma rota problemática e com implicações preocupantes.

Como mencionado anteriormente, o impulso pelo compartilhamento de opiniões incentivado pelas novas tecnologias de informação e comunicação leva muitos indivíduos a querer se posicionar e falar sobre o que acreditam, mas nada garante que seus argumentos estão baseados em informações consonantes à realidade, podendo inclusive serem meras “fake news”.

Um exemplo disso seria a crença dos grupos antifeministas ao usarem o termo “ideologia de gênero”, afirmando que as pautas feministas e LGBTQIA+ visam destituir a ordem “natural” da sociedade ensinando as crianças a escolherem o seu gênero (Junqueira, 2022). É importante pensarmos que muitos dos argumentos apresentados giram em torno da religiosidade de matriz cristã, historicamente estabelecida na sociedade brasileira por conta da colonização portuguesa, ignorando-se que o Brasil é um país laico, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (Constituição, 1988). Além disso, muitas vezes, são usadas informações distorcidas ao considerar que a proposta de educação sexual e de gênero é sinônimo de “incentivar o sexo”, dentre outras distorções.

Como a sociedade brasileira é tão diversa em vários aspectos, é impossível afirmar que todos/as queremos o mesmo. Na verdade, nunca foi possível e nem desejável, visto que somos todos/as diferentes. Mas, em especial, em um momento histórico em que os indivíduos que têm acesso rápido a diversas fontes de informação, forma-se uma linha tênue entre, por um lado o direito de expressão e a individualidade; e, por outro lado, o desacato aos direitos do próximo, a partir da formação de grupos e movimentos que visam retroceder em conquistas históricas humanitárias relevantes, em uma tentativa de fazer o mundo concordar com seus preceitos.

Cabe esclarecer que não nego a existência de indivíduos/grupos que desejam, em nome de um feminismo distorcido, seguir movimentos que sejam completamente contrários à promoção de igualdade e de uma sociedade justa. Porém, esses indivíduos não estariam, de fato, de acordo com o feminismo e suas pautas. Assim, não seria válido e nem justo generalizar uma compreensão distorcida de um movimento social, político, histórico e teórico a partir de falácias compartilhadas por poucos/as.

Além disso, vale comentar que o movimento feminista é diverso e não há apenas uma vertente, mas sim várias (Bittencourt, 2015). Existem certos paradigmas predominantes que representam lutas de uma época específica, mas especialmente a partir da terceira onda do feminismo, não se pode negar a diversidade de teorias e perspectivas feministas presentes na sociedade (Bittencourt, 2015).

Inicialmente, o feminismo surgiu como um importante movimento que buscava a igualdade entre homens e mulheres. Entretanto, conforme as décadas foram passando, percebeu-se que a "mulher" representada no feminismo não dizia respeito a todos os grupos representativos de mulheres, e, portanto, não se reivindicava, de forma mais específica, os seus direitos (Bairros, 1995). Conforme Araujo (2016) discute, por exemplo, por uma herança de dominação e escravização dos corpos negros, mulheres negras sofrem desrespeitos e formas de sexualização diferentes em comparação aos que mulheres brancas sofrem. Portanto, a luta pelos direitos sexuais das mulheres brancas não é exatamente a mesma que a de mulheres negras.¹

Com razão, o feminismo teve que realizar adaptações e se tornar mais inclusivo na luta pelos direitos de todas as mulheres, em sua diversidade, surgindo, então, iniciativas como o feminismo negro, que busca a equidade no sentido de destituir as hierarquias opressoras de todos os níveis, pensando nas múltiplas vivências do “ser mulher” (Collins, 2019).

¹ Ao mesmo tempo, vale lembrar que existem, também, pautas compartilhadas que unem todas as mulheres. Como exemplo disso, pode-se pensar que todas as mulheres, seja qual for sua cor, forma, orientação sexual etc, são julgadas, sexualizadas e valorizadas conforme seu peso corporal e juventude.

Entretanto, atualmente, percebo divergências inquietantes nas opiniões sobre o que é o feminismo.

No vídeo disponível no Youtube “*Does Feminism Include Trans Women? Female Feminists vs Antifeminists*”² (O feminismo inclui mulheres trans? Mulheres feministas versus antifeministas), um grupo de mulheres feministas e outro de mulheres antifeministas debatem sobre tópicos relacionados ao feminismo. Nele, uma mulher negra antifeminista conta a história de como sua mãe viveu pela luta dos direitos sexuais, mas em casa não tinha apoio do esposo e não tinha espaço para ser vulnerável com sua família, tendo que sempre ser “a mais forte”.

Ribeiro (2020) afirma que certas vozes no movimento feminista foram silenciadas e/ou ignoradas na medida que o discurso feminista hegemônico não pensou na condição de existência dos/as subalternizados/as (Ribeiro, 2020). Nota-se, inclusive, que no próprio meio científico a produção de conhecimentos priorizada era de um feminismo universalizado e europeu (branco). Além disso, o acesso ao meio acadêmico e a apropriação de conhecimentos científicos é desigual, assim “afunilando” a diversidade de perspectivas na produção teórica do feminismo (Ribeiro, 2020).³

Portanto, na luta pelos direitos das mulheres, os indivíduos que lutavam por esses direitos (ao menos os/as que eram escutados/as), tiveram seus ideais voltados a um grupo específico de mulheres: brancas de classe média ou de classe alta, assim como cisgêneros e heterossexuais. Assim, ocorreu a generalização das pautas e reivindicações feministas para o que era considerado “prioridade”, esquecendo que existem diferentes condições de existência. Já as mulheres e feministas que não estavam dentro desse padrão de grupo estabelecido, são

² *Does feminism include trans women? Female Feminists vs antifeminists*; disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=baaMpTGC04U&t=10s>

³ Evidencia-se, aqui, a necessidade da promoção de contextos acadêmicos mais diversos, de forma que diversas etnias, sexualidades, identidades de gênero, classes sociais etc. cooperem na diversidade de perspectivas no meio acadêmico e feminista.

chamadas a participar de lutas que não dizem respeito, também, às necessidades específicas delas.

Nesse sentido, Ribeiro (2020) discute que, já desde a primeira onda do feminismo, eram feitas reivindicações dos direitos de mulheres que ocupam posições não hegemônicas, porém essas lutas não tiveram tanta atenção quanto à luta de mulheres que ocupam posições hegemônicas. Pode-se afirmar que o feminismo de hoje traz muito mais visibilidade para esses problemas, porém ainda não são conceitos suficientemente disseminados a ponto de afetar, efetivamente, a cultura em um sentido mais amplo e as posições sociais hierarquizadas como um todo.

Em contraponto, no vídeo mencionado, outras histórias foram também compartilhadas e nota-se uma crença das mulheres antifeministas de que o movimento feminista quer “proibir” mulheres de serem donas de casa ou “forçá-las” a viver uma vida específica, em que não se precise do homem para nada e caso uma dessas premissas não forem cumpridas, essas mulheres vivem uma vida de opressão. Por mais que essas não sejam, de forma alguma, as premissas do feminismo, compreende-se que, pelas vivências dessas mulheres e pelo sofrimento e opressão vivenciados por elas, as mesmas passam a acreditar que o feminismo é o “culpado” por essas experiências.

Um problema significativo da cultura patriarcal e sexista é a rigidez e impermeabilidade de fronteiras simbólicas hierárquicas entre o que é culturalmente associado à feminilidade e à masculinidade, formando campos férteis para preconceitos e uma perspectiva distorcida sobre a realidade do outro (Madureira & Barreto, 2018). Para Madureira e Barreto (2018), essas fronteiras rígidas, impermeáveis e hierárquicas transformam as diferenças em desigualdades, de forma que o outro passa a ser visto de forma pejorativa, desumanizando e deslegitimando o outro, em casos extremos, tornando-o um

“inimigo”. No caso do sexismo, temos o problema do feminicídio, em que as mulheres são deslegitimadas, desumanizadas e vistas como um objeto de posse que pode ser destruído.

Além disso, em uma cultura perpassada por inúmeras desigualdades de gênero, as identidades de gênero são vistas como rígidas e inalteráveis, o que dificulta a realização de importantes mudanças na direção da promoção da equidade. Portanto, a rigidez, em termos identitários, e a impermeabilidade das fronteiras simbólicas (Madureira & Barreto, 2018) hierárquicas que delimitam os significados atribuídos à feminilidade e à masculinidade são justamente o que a luta feminista tenta mudar ao afirmar que uma mulher pode ser o que ela quiser ser.

Para o feminismo, não há o menor problema na escolha de ser uma dona de casa, por exemplo. O problema é quando essa é a única opção, ou quando a escolha de outras alternativas leva a uma vida de discriminação e exclusões sociais, como se apenas escolhas específicas conferissem às mulheres o direito de ter a sua dignidade e aceitação social devidamente reconhecidas.

Nesse sentido, o que pode ser notado na atualidade é uma rejeição e, às vezes, desprezo, por parte de certas mulheres, de uma vida de dependência em relação ao homem. Uma perspectiva compreensível, visto que passamos a vida sendo ensinadas a nos submeter de diferentes formas aos homens. Assim, muitas mulheres buscam ativamente por alternativas diferentes. Porém, isso não significa (ao menos não deveria significar) que o feminismo se tornou um movimento contra a figura masculina.

Entretanto, tal rejeição é vista pelo grupo antifeminista e ultraconservador como uma afronta a seu modo de viver. Pode ser que essas mulheres (que rejeitam a figura masculina em suas vidas) estejam, de fato, formando suas próprias resistências em relação à legitimidade dessas outras formas de viver e passem a perder o respeito, bem como o devido reconhecimento por mulheres em sua completa diversidade. Porém, o que está em evidência

também é um incômodo de grupos sociais que ocupam posições hegemônicas, que sempre tiveram maior poder político, ao escutar novos discursos trazidos por minorias, pois, afinal, esses grupos não estão acostumados a reconhecer e aceitar realidades diferentes vivenciadas por tais grupos (Ribeiro, 2020).

A partir disso, é importante comentar que o feminismo, em especial o feminismo negro, reconhece a intersecção entre gênero, raça, classe, orientação sexual e outros marcadores identitários importantes. Além disso, considera que o “ser mulher” apresenta diferentes influências sociais e históricas (Bairros, 1995). Pensar, por exemplo, que uma mulher negra; ao se permitir ter momentos de vulnerabilidade e escolher depender mais de seu/sua parceiro/a em certos momentos; não é feminista e abdicou de sua liberdade é desconsiderar a intersecção gênero-etnia⁴ e esquecer que o feminismo defende a liberdade de escolha.

Por mais que devessem ser nítidos os objetivos do feminismo e o que deve incentivar suas pautas, o que as pessoas pensam e compartilham como “feminista” pode não ser necessariamente ligado ao movimento em si, mas sim uma interpretação distorcida dele. Especialmente nas redes sociais, é notável perceber práticas de julgamento e desaprovação das mulheres que fazem escolhas mais tradicionais, como se isso fosse ser contra o feminismo. Nessas práticas, é possível perceber outro tipo de opinião que destoa da proposta de aceitação das diferenças e das diversas escolhas que as mulheres podem realizar, algo que, inclusive, o feminismo preconiza.

Como Ribeiro (2020, p. 32) afirma: “ (...) não se trata aqui de diminuir a militância feita no mundo virtual, ao contrário, mas de ilustrar o quanto, muitas vezes, há um esvaziamento de conceitos importantes por conta dessa urgência que as redes geram”. Assim,

⁴ Visto que existe um estereótipo da mulher negra forte e independente que nunca precisa da ajuda de ninguém. Por conta desse estereótipo - que é oposto ao da “mulher frágil”, genericamente atribuído como algo que afeta todas as mulheres da mesma forma - é criado muito espaço para vivências de solidão e falta de apoio e assistência direcionadas às mulheres negras, mesmo em situações de extrema vulnerabilidade.

discriminações e exclusões são feitas em nome de um feminismo que não corresponde às reais pautas feministas, por conta da “pressa” pelo compartilhamento de opiniões no contexto de sociedades globalizadas, em que as pessoas vivem em um ritmo de vida cada vez mais acelerado.

Entretanto, vivências e opiniões diversas não devem ser descartadas, seja de mulheres que desprezam o feminismo, seja das que seguem um movimento, que muitas vezes, não as acolhem. Em um mundo onde há todo tipo de opinião e todo tipo de experiência para serem ouvidas, o sofrimento de uma mulher não deve anular o sofrimento de outra, muito menos pré-definir suas escolhas. Vejo que muitas pessoas, através de suas mágoas e de sua vontade de ter e expor suas opiniões, engajam-se em discussões pensando mais em convencer do que compreender o próximo, dificultando o alcance da proposta de igualdade que o feminismo procura estabelecer.

Entende-se, portanto, que é de suma importância a realização de pesquisas sobre o que é o feminismo atualmente e como ele afeta e é afetado por diferentes grupos de mulheres. A relevância desse tema se dá pela necessidade de criar um entendimento de como o feminismo pode melhor servir as mulheres (e a sociedade em um sentido mais amplo); bem como cooperar na criação de um mundo mais inclusivo, que seja mais capaz de compreender e aceitar do que de julgar e desrespeitar os direitos do próximo.

Ademais, esse tema é relevante para a Psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional, no sentido de que são necessários estudos contextualizados e atuações conscientes e reflexivas, por parte dos/as psicólogos/as, no que se refere às formações identitárias das mulheres no Brasil. O contexto em que cada indivíduo vive, seus múltiplos vínculos de pertencimento identitário (em termos étnico-raciais, de gênero, de classe social, de orientação sexual etc.) têm influências significativas sobre a percepção das vivências e

sofrimentos em uma sociedade sexista. Portanto, é necessário levar tais questões em consideração na atuação profissional em Psicologia.

Além disso, deve-se lembrar do compromisso da Psicologia com os direitos humanos, com a democracia e com movimentos sociais baseados em princípios democráticos e de igualdade (CFP, 2005; Lionço, 2017). Como estabelecido pelo Código de Ética Profissional da Psicologia, os/as psicólogos/as devem ter uma atuação profissional voltada à promoção da qualidade de vida das pessoas e das coletividades (CFP, 2005).

Como afirmam Mendes, Gonzaga, Moreira, Madaleno, Silverol, Dutra, Cerqueira, Huebra e Silverio (2014) “ (...) o feminismo está vinculado aos movimentos em defesa dos direitos humanos e ligado diretamente às lutas permanentes pela defesa da qualidade de vida tanto no que diz respeito à defesa das liberdades civis, aos direitos sociais” (p. 412). Assim, é importante que a Psicologia se atente às contribuições do feminismo, em vista da promoção da qualidade de vida das mulheres de nossa sociedade.

De acordo com o que foi discutido anteriormente, foi delimitado o seguinte problema de pesquisa, que se desdobra em duas questões: Qual é a percepção de diferentes mulheres sobre o feminismo atualmente? Como os vínculos de pertencimentos identitários influenciam a percepção de mulheres sobre o sofrimento relacionado às práticas sexistas no cotidiano?

Serão apresentados, a seguir, o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa realizada. Posteriormente, serão apresentadas as seguintes seções teóricas: 1) O início do Feminismo como um Movimento Social e Político; 2) Estudos Feministas e o Conceito de Gênero; 2.1) Desconhecimento e compartilhamento de informações falsas sobre o feminismo; 3) A Importância da Educação e da Psicologia no Combate ao Sexismo; e 4) Identidades Sociais, Preconceitos e a Construção do Processo de Pertencimento a Determinados Grupos. Posteriormente, a metodologia utilizada na pesquisa será descrita, e, em seguida, a apresentação e discussão dos resultados mais significativos da pesquisa. Por último, são

apresentadas as considerações finais sobre a pesquisa realizada, destacando as suas principais contribuições.

Serão apresentados, a seguir, os objetivos da pesquisa:

Objetivo geral

- Investigar as transformações do feminismo no Brasil na atualidade a partir da percepção de diferentes mulheres.

Objetivos específicos

- Examinar os processos identitários que envolvem as questões de gênero e como tais podem influenciar, ou não, a participação das mulheres no feminismo;

- Identificar e analisar os motivos pelos quais as mulheres se vinculam ao feminismo, bem como as diferentes formas de resistência contra os avanços feministas na contemporaneidade;

- Identificar e analisar as potencialidades de um feminismo mais acolhedor, que abarque as vivências de diferentes mulheres.

1. O Início do Feminismo como um Movimento Social e Político

“Feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (Hooks, 2008).

O movimento feminista, no Brasil, se alastrou de tal forma que hoje em dia a maioria das pessoas saberá sobre o que estamos falando quando mencionamos “feminismo”, ou, ao menos, reconhece a palavra. Contudo, com a diversidade teórica e conceitual oriunda dos esforços de inúmeras estudiosas e inúmeros estudiosos, além de diferentes ondas e vertentes feministas, pode-se causar uma confusão sobre o que, de fato, constitui o movimento feminista no Brasil atualmente.

Para isso, percebe-se como necessária uma revisão sobre a história do movimento feminista. Bittencourt (2015) e Louro (1998) afirmam que sempre houve iniciativas e posicionamentos isolados que reivindicavam por direitos das mulheres. Entretanto, essas vozes foram, de diferentes maneiras, ignoradas e silenciadas nos registros históricos, tornando difícil datar desde quando se luta por esses direitos.

A partir do momento em que os países ocidentais passaram a valorizar o liberalismo, em específico por meio da Revolução Francesa no final do século XVIII, o feminismo começa a tomar forma e força pela busca do reconhecimento de direitos, com o foco inicial no plano jurídico (Bittencourt, 2015). Nomeada como a “1ª onda” do feminismo, também podendo ser referido como “sufragismo” (luta pela participação ativa das mulheres na política), as mulheres buscaram conquistar o direito de votar e de serem votadas, bem como o direito de acesso à educação escolar e à formação profissional (Bittencourt, 2015; Louro, 1998; Mendes et al., 2014).

No Brasil, o início organizado da luta feminista também se deu pelas reivindicações sufragistas, inicialmente pela liderança da Bertha Luz, no final na década de 1910 (Mendes et al., 2014). Ainda no final da década de 1910, formou-se a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, movimento pelo qual mulheres protestavam contra as situações dolorosas que viviam as mulheres operárias (Mendes et al., 2014).

Tanto Bittencourt (2015) como Louro (1998) discorrem sobre como a primeira onda do feminismo tinha seus ideais ancorados em uma perspectiva da classe burguesa branca. Os ideais dessa época giravam em torno, principalmente, de pautas de igualdade muito genéricas e, portanto, descontextualizadas no que se refere aos direitos das mulheres de outras classes sociais e pertencimentos étnico-raciais - entre outros vínculos de pertencimento identitário (Bittencourt, 2015). Assim, o coletivo feminista lutou mais por readaptações dentro do sistema patriarcal (como a mudança de algumas leis) do que pela desconstrução do sistema como um todo (Bittencourt, 2015).

Vale lembrar, contudo, que há uma dimensão histórica que dificultou essa desconstrução. Naquela época, o sistema patriarcal e sexista era culturalmente muito mais arraigado e naturalizado no cotidiano da sociedade brasileira. Considerando isso, mudanças profundamente revolucionárias eram mais difíceis de serem alcançadas. Assim, o feminismo buscou mudanças mais específicas e práticas, como o direito de voto da mulher. O direito de votar e o acesso à educação escolar e universitária foram (e continuam sendo) de extrema importância para o avanço da equidade nas relações de gênero nas sociedades, porém a conquista de tais direitos corresponde a “ponta do iceberg” no que diz respeito aos problemas das desigualdades vivenciados pelas mulheres.

Louro (1998) ainda afirma que a conquista desses direitos ocasionou, de certa forma, uma “acomodação do movimento”, como se o direito ao voto, ao acesso à educação escolar/universitária, bem como por ter uma profissão fossem o suficiente, e como se os

mesmos tivessem alcançado plenamente todas as mulheres. Hooks (2008) afirma que essa acomodação ocorreu devido a um certo “conflito de interesses” percebido (seja de forma consciente ou inconsciente) por mulheres de classe alta. Ou seja, para elas, não apenas já seria suficiente ter acesso à educação escolar e universitária e ao trabalho formal, mas também seria prejudicial se mulheres de classe média e das camadas populares, que faziam o trabalho “desqualificado” da sociedade, como o de empregadas e babás, conseguissem ter acesso à educação escolar e universitária e a uma carreira profissional qualificada.

Vale pensar que, no Brasil e na América Latina em um sentido mais amplo, a empregada doméstica é uma constante nas casas de famílias de classe média e alta (Sarti, 1998). Como Sarti (1998) afirma, a “modernização da mulher” a partir da década de 1960 trouxe mudanças e avanços na noção do “ser mulher”, como a sua inserção no mercado de trabalho e nos contextos educacionais, que atribuíram às mulheres um status de maior independência e autossuficiência.

Porém, essas mudanças ocorreram em uma sociedade extremamente hierarquizada não apenas em termos de gênero, mas também em termos de classe social e pertencimento étnico-racial (Sarti, 1998). Portanto, essas hierarquias sofreram alterações no que diz respeito a certas pautas feministas, todavia, a opressão e o poder hierárquico se mantêm quando se pensa na intersecção entre pertencimentos étnico-raciais e de classe social das mulheres.

Novamente, vale enfatizar que o debate sobre a desconsideração das diversas formas de “ser mulher” e das necessidades de diferentes grupos de mulheres já estava sendo realizado por feministas (Ribeiro, 2020). Desde 1851, por exemplo, a autora negra Truth já apresentava, em seus textos, considerações críticas sobre a universalização da categoria mulher, mas a falta de visibilidade de mulheres que ocupavam posições sociais não hegemônicas dificultou o avanço desses debates na primeira onda do feminismo (Ribeiro, 2020).

De acordo com Ribeiro (2020), essa universalização ocorreu por uma falta de reconhecimento de vivências diferentes, por parte de mulheres que não possuíam tanto privilégio social quanto as mulheres brancas de classe alta. Para a autora, quem possui esse privilégio, possui também, um privilégio epistêmico. Ou seja, a produção de conhecimentos e as reivindicações realizadas por mulheres privilegiadas socialmente receberam mais atenção da população e do governo, em termos de políticas públicas, bem como no âmbito das pesquisas realizadas nos contextos acadêmicos (Ribeiro, 2020).

Dessa forma, as primeiras produções acadêmicas que alcançaram a população de forma mais ampla enfatizavam que as mulheres deveriam ter, por exemplo, o direito de trabalhar, porém não consideraram que mulheres das camadas populares já estavam inseridas no mercado de trabalho.

Cabe mencionar que Hooks (2008) separa o feminismo entre reformista e radical. O feminismo reformista visa mudar estruturas sociais dentro do sistema já existente (patriarcal-colonial) e suas pautas giram em torno da igualdade de gênero, especialmente no mercado de trabalho (Hooks, 2008). Esse é o feminismo que se tornou mais popular na primeira onda, liderado por mulheres brancas de classe alta que visavam ter mais igualdade com relação a seu “oposto” - os homens brancos de classe alta (Hooks, 2008). Já o feminismo radical busca a transformação do sistema como um todo, visando acabar com as opressões de gênero, de classe e racial provocadas pelo patriarcado e pelo colonialismo (Hooks, 2008).

O feminismo radical, com pautas visionárias e intenções de mudanças que destituiriam o sistema patriarcal, não recebeu a devida atenção por parte das mídias populares e, portanto, não alcançou a população em um sentido mais amplo (Hooks, 2008). Pautas reformistas seriam mais fáceis de alcançar, ao contrário de pautas radicais, visto que, no reformismo, o sistema de supremacia branca e de exploração do trabalho das classes

populares seria mantido e as mulheres de classe alta começariam a contribuir com a economia dos países (Hooks, 2008).

O reconhecimento de outras realidades, que não as de mulheres brancas de classe alta, passou a se tornar mais latente com o surgimento da segunda onda do feminismo. Datado de 1960 até 1980, o movimento feminista reaparece e desenvolve um olhar crítico em relação a si mesmo (seu caráter burguês liberal), ou seja, uma autocrítica, reconhecendo sua insuficiência na luta anterior e que se deve lutar, portanto, contra o poder político do patriarcado em suas diversas formas de expressão (Bittencourt, 2015).

No Brasil, nessa época, vivia-se o ambiente autoritário de um regime militar. Foi justamente nessa época que o feminismo brasileiro começou a ganhar mais força (Mendes et al., 2014). Algumas mulheres passaram a participar das lutas da esquerda armada e, até mesmo, algumas outras viraram militares, o que era visto por muitas pessoas como uma transgressão/rompimento dos padrões familiares vigentes naquela época (Mendes et al., 2014). Com isso, algumas mulheres passaram a ocupar papéis diferentes do que era normalmente exercido por elas, possibilitando um certo avanço prático das lutas feministas mesmo em plena época de ditadura militar, visto que elas passaram a ocupar papéis de liderança em suas casas e a atuar em profissões antes limitadas aos homens (Mendes et al., 2014).

Contudo, o movimento ainda tinha limitações nítidas. Ao contrário de países europeus, o feminismo conquistou mais espaço no Brasil no momento em que os movimentos sociais do país são muito ligados às reivindicações pela distribuição de renda mais igualitária e de melhorias na infra-estrutura urbana (Sarti, 1998). Marcado por um contexto pós-colonial e em processo de modernização industrial, o Brasil era (e ainda é) dividido por áreas urbanas mais desenvolvidas e áreas rurais ou periféricas totalmente desestruturadas, com uma população privada do atendimento às suas necessidades básicas (Sarti, 1998). Assim, lutas

sociais que reivindicavam por direitos básicos, como moradia e alimentação, eram mais latentes no país e pautas mais “específicas” do feminismo não eram vistas como prioridade nesse período (Sarti, 1998).

Além disso, a igreja católica, extremamente influente na população brasileira, representava uma forte linha de resistência contra a ditadura militar (Sarti, 1998). Por conta disso, pautas feministas que confrontassem diretamente os valores da igreja católica, como o aborto e a sexualidade, não chegavam ao espaço público de reivindicações e continuavam apenas em discussões no campo privado (Sarti, 1998).

Sarti (1998) ressalta que, inicialmente, o feminismo no Brasil tinha uma reputação negativa. Para os grupos políticos da esquerda, ele parecia um movimento muito “reformista burguês” e, portanto, afastado da realidade do povo. Já para os grupos políticos da direita, era um movimento “perigoso e imoral”, associando-se a um suposto movimento “anti feminino” ou de “homem versus mulher” (Sarti, 1998).

Assim, o feminismo no Brasil manteve, inicialmente, um equilíbrio delicado entre: (a) reivindicar as suas pautas específicas e (b) não “atrapalhar” os movimentos de reivindicação das classes sociais populares; e sem “desrespeitar” a igreja católica, que tinha muito poder público na época. Em passos lentos, contudo, o movimento feminista foi conquistando o seu espaço no país. Um exemplo disso seria a luta pela igualdade de direitos no ambiente profissional, visto que era um tema de maior concordância entre as mulheres e não tocava em “assuntos polêmicos” que poderiam afastar fortes aliados (Sarti, 1998).

É importante considerar que, por conta dessa ligação do feminismo com iniciativas populares da época, com o envolvimento tanto de setores da classe popular quanto de setores da classe média, o feminismo brasileiro desenvolve em grande potencial a proposta de integração de todas as mulheres (Sarti, 1998). Dessa forma, o movimento feminista brasileiro tem uma ligação mais forte com questões sociais mais amplas que envolvem as diversas

desigualdades sociais presentes no Brasil. Nesse sentido, tornaram-se mais acessíveis as reflexões e discussões com relação às diferentes realidades que diferentes mulheres vivem no nosso país. Portanto, temos um feminismo que é, há décadas, heterogêneo e plural (Daflon, Costa & Borba, 2021).

Ademais, com a redemocratização do país nos anos de 1980, o feminismo ganhou força e diversos grupos feministas são formados, tratando sobre temáticas relacionadas aos direitos das mulheres, sendo a violência de gênero uma das principais temáticas (Mendes et al., 2014; Sarti, 1998). O feminismo passou, então, a ter mais espaço para focar nas suas pautas específicas (Sarti, 1998). Como exemplo, podemos citar as atuações mais especializadas, envolvendo profissionais da saúde, oferecendo serviços relacionados à saúde, sexualidade e reprodução da mulher (Sarti, 1998).

2. Estudos Feministas e o Conceito de Gênero

A partir da segunda onda do feminismo, entrou em questão a construção do conhecimento da divisão opressiva entre gêneros (assim como em termos étnico-raciais) e desenvolveu-se o conceito de gênero (Bittencourt, 2015; Louro, 1998; Oliveira, 2022; Silva, 2014). Nesse momento, as discussões começaram a ficar mais teóricas, visto que algumas mulheres passaram a ter acesso ao ensino superior e começaram a ter maior possibilidade de participação nos meios públicos e acadêmicos (Louro, 1998). Considerando-se feministas ou não, quando entraram no meio acadêmico e científico, as mulheres, naturalmente, trouxeram com elas temas que diziam respeito às suas vivências e perspectivas (Rago, 1998).

As pesquisadoras feministas elaboraram, inclusive, críticas com relação à forma de produção do conhecimento científico. A ciência propunha realizar os seus estudos a partir da objetividade e da neutralidade, porém a cultura acadêmica nos países ocidentais priorizava as práticas masculinas em detrimento das femininas, deixando de lado, por conta do viés sexista, práticas socialmente atribuídas ao feminino (Rago, 1998). Por exemplo, no campo das Ciências Humanas, estudos relacionados ao mundo privado, socialmente atribuídos às mulheres, eram considerados menos importantes do que os estudos relacionados ao mundo público, socialmente atribuídos aos homens (Rago, 1998).

Por meio do feminismo, é proposta a construção de uma ciência que valorize, também, os estudos relacionados às histórias e perspectivas femininas. Além disso, uma ciência que pense em uma nova relação entre teoria e prática, em que o/a cientista se reconhece no processo de produção de conhecimento e leva em conta a perspectiva que orienta as suas pesquisas com base no contexto social e cultural que teve influência na constituição da sua subjetividade (Rago, 1998). Torna-se possível, então, pensar na

“historicidade dos conceitos e na coexistência de temporalidades múltiplas” (p. 12), que constituem as teorias e os fenômenos estudados (Rago, 1998).⁵

Com isso, surgiram novos temas antes não explorados, envolvendo questões que eram vistas como secundárias, ou que nem chegavam a ser concebidas como objetos de estudo legítimos. As mulheres e suas questões passam a ter visibilidade e temáticas como bruxaria, prostituição, maternidade, sexualidade, história das emoções e dos sentimentos ganham legitimidade nas comunidades científicas (Rago, 1998).

Ademais, a partir desses estudos, é realizada a distinção conceitual entre os termos sexo e gênero, visto que o primeiro (sexo) é associado aos aspectos biológicos, cromossômicos dos indivíduos e o segundo (gênero) vincula-se às concepções sociais e culturais sobre cada corpo e sobre os papéis que possuem na sociedade em que as pessoas estão inseridas, de acordo com o seu respectivo sexo (Silva, 2022). Assim, passaram a ser questionadas essas concepções sociais e culturais de desigualdades entre homens e mulheres, que não são de ordem biológica, porém são erroneamente e (até hoje) regularmente percebidas como biologicamente determinadas (Rago, 1998; Silva, 2022).

Para Louro (1998), diferentes instâncias, práticas e espaços sociais são todos atravessados pelas configurações sociais de gênero, influenciando no modo como a sociedade funciona, como, por exemplo, a forma a qual somos socializados a ter uma orientação heterossexual. Nesse sentido, o conceito de gênero passa a ser utilizado para enfatizar que os significados atribuídos à feminilidade e à masculinidade são construções sociais feitas sobre os sexos.

Assim, o gênero torna-se tanto uma ferramenta analítica; no sentido de construção de análises de fenômenos importantes em meios acadêmicos; como uma ferramenta política, que contribui no avanço das lutas feministas (Louro, 1998). A partir de tal conceito, passa a ser

⁵ Além disso, as teorias feministas desenvolveram, com essas noções, um potencial de autocritica que estimulou a construção de reflexões sobre a forma como o próprio movimento, especialmente no começo, valorizou a perspectiva de grupos específicos de mulheres.

possível compreender, de forma mais aprofundada, os significados que diversos grupos (étnicos, religiosos, de classe etc.) atribuem sobre o que é ser mulher ou homem. Dessa forma, os estudos feministas afastam-se de análises essencialistas (imutáveis) sobre as diferenças entre homens e mulheres, bem como as desigualdades entre os gêneros passam a ser entendidas a partir dos arranjos sociais, culturais e históricos da sociedade em que vivem (Louro 1998).

Esse conceito foi, e continua sendo, de extrema relevância para a luta feminista, pois é a partir da utilização do conceito de gênero como ferramenta analítica e política que é gerada uma compreensão mais aprofundada sobre o funcionamento da sociedade patriarcal em que vivemos, de forma que feministas podem direcionar suas ações políticas visando, em última instância, contribuir com a desconstrução de todo um sistema estruturalmente desigual e opressor.

Além disso, em conjunto com a importância analítica e política desse conceito nas lutas feministas, a categoria de gênero abriu a possibilidade de estudos relacionados ao masculino (Rago, 1998). O homem deixa de ser visto, portanto, como uma categoria universal (Rago, 1998) e passa a ser entendido como um grupo de indivíduos situados em uma realidade cultural e social. Os conceitos sobre o masculino desenvolvidos a partir dos estudos sobre gênero contribuem, também, com a luta política pela desconstrução do sexismo, visto que a naturalização da posição de poder ocupada historicamente pelos homens passa a ser estudada e analisada de forma crítica.

Iniciou-se, então, o processo de desmistificação da naturalização de papéis sociais e são realizadas diversas pesquisas com relação às diferenças entre sexo, gênero e sexualidade, permitindo que se chegue até o cerne do problema estrutural de opressão no sistema patriarcal: as divisões hierárquicas e opressivas entre indivíduos (Bittencourt, 2015). Alguns

dos tópicos que constituíram essa luta foram, por exemplo, a autonomia conjugal das mulheres e o direito sobre seus corpos e a liberdade sexual.

Ademais, não existe uma unanimidade entre autores/as sobre a existência ou não da terceira onda feminista, nem sobre os fundamentos teóricos que a guiam. Porém, pode-se dizer que, em linhas gerais, a terceira onda seria uma continuação e intensificação do olhar acerca das especificidades das vivências de cada mulher que a segunda onda do feminismo trouxe (Bittencourt, 2015).

Dessa vez, é novamente criticado o caráter generalizador do movimento antecessor (segunda onda do feminismo), agora com um pressuposto de olhar cada mulher de forma mais individualizada, assim introduzindo e integrando à luta aspectos específicos relacionados a subjetividade de cada mulher (Bittencourt, 2015). A iniciativa de dar mais atenção às individualidades presentes nas vivências de todas as mulheres visa não excluir mais grupos não hegemônicos e potencializar a luta feminista, integrando e acolhendo, de fato, todas as mulheres.

Com relação a isso, Ribeiro (2020) discorre sobre a importância do lugar de fala para o feminismo. Lugar de fala seria a percepção e perspectiva de cada um e de diferentes grupos identitários em relação à posição ocupada nas relações hierárquicas na sociedade (Ribeiro, 2020). Por meio da compreensão do seu lugar de fala, os indivíduos podem tomar ciência da posição que ocupam no mundo social sexista e racista, bem como no que se refere às dinâmicas de poder que permeiam suas vidas. Com isso, cada indivíduo pode se posicionar sobre o feminismo de forma consciente e contextualizada, a partir do papel que ele ocupa na sociedade (Ribeiro, 2020).

Por fim, Macedo (2006, como citado em Bittencourt, 2015) afirma que o feminismo de terceira onda: "tem por objetivo desconstruir/desestabilizar o gênero enquanto categoria fixa e imutável" (p. 202). Para Bittencourt (2015), essa nova onda surgiu não para

desconsiderar a onda anterior, mas sim para reafirmá-la e complementá-la. Propõe-se a produção de um feminismo plural, que seja capaz de considerar todas as situações de opressão sexista, ao invés de permitir que um feminismo “hegemônico” e, portanto, universalizante (Bittencourt, 2015).

2.1. Desconhecimento e compartilhamento de informações falsas sobre o feminismo

Mesmo com os diversos avanços nos estudos feministas, percebe-se que os conhecimentos produzidos por estudiosas/os não são devidamente compartilhados com a população em um sentido mais amplo (Hooks, 2008). As discussões feministas se tornam, cada vez mais, complexas e aprofundadas no meio acadêmico, mas o conhecimento produzido por pensadoras e pensadores feministas fica retido nesse meio, onde importantes discussões teóricas são realizadas, contudo, por meio de uma linguagem mais complexa e especializada, característica do campo científico e mais distante de uma linguagem popular (Hooks, 2008).

No que diz respeito à compreensão do conceito de gênero, Madureira e Branco (2015) afirmam: “Enquanto as discussões acadêmicas sobre gênero alcançam um nível teórico-conceitual cada vez mais sofisticado, nas escolas a concepção de que as masculinidades e as feminilidades são construções culturais ainda é uma concepção distante” (p.581).

Nota-se, por exemplo, quando o Ministério da Educação do Brasil estabelece como parâmetros curriculares nacionais de educação com relação aos temas transversais⁶, que o ensino sobre as relações de gênero deve ser contemplado nas escolas, mas os/as próprios/as

⁶ Temas transversais são temáticas voltadas à compreensão e construção da realidade social, dos direitos e responsabilidades voltados à vida pessoal, e afirmação da participação política dos indivíduos.

professores/as do Ensino Fundamental têm, em sua maioria, dificuldade para refletir sobre questões de gênero (Madureira & Branco, 2015). De acordo com Madureira e Branco (2015), isso ocorre pois temáticas de gênero e sexualidade não são, normalmente, abordadas nos cursos de licenciatura, expressando, portanto, uma lacuna de aprendizagem na formação dos/as professores/as que atuam na educação básica no Brasil.

As noções feministas tornaram-se pouco acessíveis e mais presentes em grupos acadêmicos, que possuem recursos, conhecimento e interesse em ler produções acadêmicas realizadas por pesquisadores/as e autores/as da comunidade científica, além de fazer parte integrante do trabalho de pesquisa acadêmica. Nesse sentido, como Hooks (2008) discute, não são compartilhados, por exemplo, folhetos contendo informações feministas; não existem canais de TV feministas; quase não são produzidos livros voltados ao grande público e até mesmo audiobooks para aqueles/as que não sabem ler, que facilitem o acesso, por parte da população em geral, aos conceitos e lutas feministas.⁷ Assim, não há um trabalho efetivo na “tradução” do conhecimento teórico-conceitual acadêmico para uma linguagem mais acessível para a população.

Em um estudo realizado por Daflon, Costa e Borba (2021) com manifestantes do dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher) de 2017, por exemplo, constatou-se que o perfil geral das manifestantes era de escolaridade muito alta e a maioria (84,2%) estava fazendo um curso universitário. Esses dados indicam que, de fato, o acesso à educação mais prolongada e aos ambientes universitários são duas condições de extrema relevância no que se diz respeito ao contato com o feminismo e ao ativismo feminista. Quando se pensa na população que não tem acesso às universidades, o contato com o feminismo diminui muito e, no Brasil, o acesso

⁷ Vale pensar, também, em formas mais atuais de disseminação dos conceitos feministas. Para indivíduos que possuem internet e dispositivos eletrônicos, pode-se criar contas em redes sociais, vídeos explicativos e imagens que permitam fácil acesso às teorias feministas.

ao ensino superior ainda é bem restrito. Em 2019, por exemplo, de acordo com o IBGE, apenas 17,4% da população do país tinha o ensino superior completo⁸.

Percebe-se então que, muitas vezes, a falta de acesso a informações pela população em geral foi um dos fatores que prejudicou e ainda prejudica o avanço do feminismo na luta pelos direitos das mulheres. Em um mundo globalizado, pode-se imaginar que esse problema seria corrigido, visto que muitos/as de nós temos acesso a inúmeros conteúdos feministas por meio da internet.

Além disso, o país ainda conta com uma alta taxa de analfabetismo total ou funcional em sua população⁹. Dessa forma, ao considerar a tendência ao isolamento das produções feministas no meio acadêmico e uma população carente de educação e meios de acesso às informações de forma clara e confiável, a disseminação consistente de conhecimento sobre o feminismo no Brasil se torna difícil.

Mas esses não são os únicos problemas que dificultam os avanços do movimento feminista na sociedade brasileira. Nota-se, atualmente, uma onda de movimentos antifeministas que estão tomando conta do imaginário coletivo (Hooks, 2008). Esses movimentos buscam, simultaneamente, impedir as pautas feministas de serem alcançadas e retroceder nos avanços já alcançados (Junqueira, 2022, Miskolci & Campana, 2017).

A luta contra uma suposta “ideologia de gênero”, aliada ao movimento “Escola Sem Partido”, por exemplo, são tentativas de controlar o acesso de crianças e adolescentes aos conhecimentos científicos sobre sexualidade e saúde sexual, além de buscar reafirmar hierarquias sexuais de (suposta) superioridade masculina e de (suposta) inferioridade

⁸ PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio; disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio#:~:text=No%20Brasil%2C%20a%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de%204%25%20entre%202018%20e%202019.>

⁹ brasil-tem-mais-de-10-milhoes-de-analfabetos-jovens-e-adultos; disponível em:

<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/brasil-tem-mais-de-10-milhoes-de-analfabetos-jovens-e-adultos/> e dados do IBGE; disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>

feminina (Junqueira, 2022). Por meio dessa luta, busca-se tanto impedir as crianças e as/os adolescentes de terem acesso à educação necessária para o desenvolvimento sexual saudável e responsável delas, como regredir nos avanços relacionados à promoção da igualdade de gênero.

Para Miskolci e Campana (2017), essa luta contra a suposta “ideologia de gênero” (e considero aqui que outros movimentos antifeministas também utilizam essa estratégia) é um instrumento político-discursivo de alienação. Não permitir a educação sexual das crianças e adolescentes nas escolas, por exemplo, torna-se estratégico na manutenção do status quo da sociedade, valorizando a padronização de pensamentos, sentimentos, desejos e ações (Madureira, Barreto & Paula, 2018).

Ao seguir o que o movimento Escola Sem Partido deseja, deixa-se de criar um espaço de formação e discussão na escola, de modo a “deixar as coisas da forma como estão”, com um pressuposto questionável de que é necessário manter uma certa “inocência”, mas que, na verdade, é manter a ignorância das crianças (Madureira, Barreto & Paula, 2018). Dessa forma, as desigualdades que perpassam a nossa sociedade, que se apresentam muitas vezes nas escolas também, seriam tópicos proibidos no meio educacional e a escola passa a ser um terreno favorável para o desenvolvimento de crianças e adolescentes intolerantes, desacostumadas/os com o que é socialmente considerado “diferente” (Madureira, Barreto & Paula, 2018).

Em 2020, contudo, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucionais quaisquer atuações contrárias ao dever do Estado de garantir a educação sobre a abordagem de gênero nas escolas e ao enfrentamento de discriminações relacionadas às diferentes identidades de gênero e sexuais (Junqueira, 2022). O STF decidiu, então, que o movimento Escola Sem Partido é uma iniciativa inconstitucional, que viola o direito à educação das

crianças e adolescentes, bem como o direito das escolas e dos/as professores/as de ter autonomia sobre as abordagens de temas socialmente e culturalmente relevantes.

Ademais, algumas mulheres feministas, especialmente a partir da segunda onda do feminismo, adquiriram posturas muito radicais no sentido de se afastarem de homens em suas vidas e ver o masculino como o “inimigo”, devido aos rancores e frustrações sofridas e causadas por eles (Hooks, 2008). Embora o afastamento dessas mulheres seja compreensível, tal afastamento causa uma impressão de que o feminismo é contra a participação dos homens (Hooks, 2008).

Como Hooks afirma (2008), os homens são, também, importantes para o movimento feminista. Não só no sentido de que homens são afetados negativamente pelo sistema patriarcal-colonial¹⁰, mas também porque, por ser um sistema ao qual todos/as fazemos parte, é necessário que todos/as colaborem com as mudanças que o feminismo tenta promover (Hooks, 2008). Sem a colaboração de ambos, homens e mulheres, a opressão sexista continuará existindo e as mudanças que o feminismo busca promover se tornarão mais difíceis de alcançar.

Contudo, a partir dos grupos de mulheres que acreditam veementemente na ideia dos homens como inimigos, criou-se um espaço para a crença de que o feminismo é dessa forma e são formadas crenças distorcidas acerca do movimento feminista. Além disso, Hooks (2008) afirma, também, que, por conta de o feminismo não ter criado um discurso positivo sobre o amor (ao invés de focar, muitas vezes, nas frustrações presentes nas relações com homens), permitiu-se que a mídia de massa patriarcal representasse o movimento como uma política fundamentada no ódio.

¹⁰Por exemplo, aos homens, é negada a possibilidade de demonstrar vulnerabilidade e de explorar suas emoções, que não apenas a raiva. Percebe-se prejuízos relacionados a esse problema no modo em que certos homens negligenciam a necessidade de ir a médicos e fazer exames de rotina, bem como buscar suporte psicológico clínico, por ser algo que pode evidenciar uma “vulnerabilidade” deles.

É importante refletir que, atualmente, na terceira onda do feminismo, o mundo encontra-se em uma realidade diferente, em um mundo globalizado. Por um lado, a globalização apresenta várias vantagens, mas também apresenta desvantagens. Por exemplo, nota-se que indivíduos passam a estar em contato com uma quantidade significativa de informações, umas contrárias às outras, além de nem sempre serem verdadeiras, como alegações dos movimentos antifeministas. Portanto, muitas vezes torna-se difícil distinguir o que, de fato, representa a realidade ou que representa noções feministas, ou o que são meras *fake news*. Como Han (2022) afirma:

A proliferação do igual se apresenta como crescimento. A partir de um determinado ponto, porém, a produção não é mais produtiva, mas destrutiva; a informação não é mais informativa, mas deformadora; a comunicação não é mais comunicativa, mas meramente cumulativa. (p. 6).

Assim, o autor (Han, 2022) expressa que a proliferação se torna algo negativo a partir de um certo momento, onde ela se torna desenfreada e desorganizada. O que objetiva, por exemplo, ser comunicativo e informativo, deixa de ser um compartilhamento de conhecimento com significado e relevância, e passa a ser um “despejamento desproporcional informações” sem qualquer base na realidade. Ou seja, a intensidade da proliferação de informações rompe a intenção original do objetivo de compartilhamento de conhecimentos.

O mundo globalizado apresenta, também, alguns perigos quando se pensa na proliferação de informações de forma desenfreada que ocorre nas mídias sociais. Um espaço que, em tese, deveria ser de compartilhamento de conhecimentos, histórias pessoais ou opiniões; sem filtro ou algum freio que barre informações falsas ou desrespeitosas, torna-se um espaço de compartilhamento precipitado de qualquer tipo de conteúdo. Além de ser, muitas vezes, um conteúdo sem diferenças nítidas sobre o que diz respeito a uma realidade comum ou ao que é completamente inventado, muitas vezes ancorados em princípios antifeministas.

3. A Importância da Educação e da Psicologia no Combate ao Sexismo

A partir do que foi discutido na seção teórica anterior, nota-se a importância de se estabelecer mais vínculos entre universidades e escolas, visto que, dessa forma, torna-se possível promover entre aos/às professores/as e entre os/as alunos/as, momentos de discussão e reflexão crítica com relação aos preconceitos que estão presentes na sociedade atual, como, por exemplo, o sexismo (Madureira & Branco, 2015). No que se refere aos/às professores/as, especificamente, é possível notar que as discussões relacionadas à temática de gênero não são abordadas no processo de formação desses/as profissionais. Dessa forma, torna-se essencial a contemplação de tais temáticas na formação profissional deles/as para que eles/as possam ter familiaridade com a temática de gênero, por exemplo. Assim, tais profissionais poderão promover discussões mais conscientes com os/as estudantes.

Ao pensarmos no feminismo, cabe apresentar análises sobre as raízes históricas do patriarcado, em um sentido mais amplo, e da época colonial no Brasil, mais especificamente. Além disso, cabe abordar como significados culturais arcaicos desse período ainda perpassam as vivências na atualidade (Madureira, 2010); bem como introduzir contribuições dos estudos sobre gênero.

Para Madureira e Branco (2015, p. 589), “ A sociedade é um terreno político perpassado pela tensão entre a manutenção do status quo e a promoção de mudanças. A escola (...) é perpassada, também, por esta tensão”. Cabe, então, às instituições escolares evidenciarem e promoverem críticas e reflexões sobre questões referentes aos preconceitos para contribuir com a desconstrução do sexismo na nossa sociedade (Madureira & Branco, 2015).

Nas escolas e nas salas de aulas, ocorre um constante processo de coconstrução e reconstrução de significados, processo característico das interações sociais entre indivíduos

(Paula & Branco, 2022). Em vista de incentivar relações mais respeitadas que vão na direção de prevenção de violências, a promoção de espaços dialógicos corresponde a uma ótima ferramenta pedagógica para o alcance desses objetivos.

De forma característica, há no diálogo uma dinâmica de conflitos e tensões que emerge a partir do compartilhamento de diferentes perspectivas e posicionamentos dos indivíduos (Paula & Branco, 2022). Por sua vez, esses conflitos e tensões provocam, muitas vezes, transformações significativas que permitem a integração de novas perspectivas tanto no sentido pessoal, quanto em termos coletivos. Logo, promover momentos e atividades “conducentes à reflexão crítica e ativa diante de conhecimentos e acontecimentos em geral” (p.2) se mostram como efetivos meios de favorecer processos de coconstrução e reconstrução de significados, bem como a valorização de uma sociedade pautada em princípios democráticos (Paula & Branco, 2022).

Entretanto, a tensão intrínseca presente nas práticas dialógicas, somada aos preconceitos historicamente construídos e culturalmente enraizados, e temáticas socialmente consideradas como tabus torna desafiadora a tentativa de estabelecer espaços verdadeiramente dialógicos (Paula & Branco, 2022). Por exemplo, os/as docentes mediadores/as de um momento dialógico podem afirmar que valorizam o diálogo e o respeito, porém nas interações cotidianas com os/as alunos/as, demonstram atitudes atitudes monológicas, pouco abertas ao diálogo.

Tais situações podem acontecer, inclusive, sem nem mesmo os/as docentes repararem, visto que vivemos em uma sociedade repleta de relações de poder violentas, que são muito naturalizadas. Dessa forma, ao invés de promover práticas dialógicas, podem ser promovidas práticas monológicas, de forma que apenas uma das partes tem o seu ponto de vista posicionado, nesse caso sendo os professores. Logo, efetivamente promover práticas

dialógicas no interior das instituições de ensino (bem como, vale pensar, em outros ambientes) não é uma tarefa fácil.

Tentar forçadamente aproximar os/as alunos/as e indivíduos, em um sentido mais amplo, das reflexões desejadas pode os afastar delas, bem como propor diálogo e respeito, mas na prática agir de outra forma, pode reforçar práticas discriminatórias. É preciso manter-se atento/a às próprias atitudes e ser receptivo/a aos diferentes posicionamentos, a fim de acolher todas as falas. Para isso, as instituições de ensino devem prover apoio aos/às docentes, possibilitando autorreflexões sobre crenças e valores pessoais potencialmente preconceituosos, bem como encontros entre profissionais da educação para que possam se apoiar mutuamente (Paula & Branco, 2022).

Ademais, em uma sociedade sexista, como a sociedade brasileira, mulheres são mais vulneráveis a situações de violência, sejam elas físicas, morais, psicológicas, sexuais ou patrimoniais. E a falta de debates, que evidenciem situações de sexismo e violência vivenciadas pelas mulheres em nossa sociedade, contribui para a perpetuação de situações que fomentem a vulnerabilidade delas (Castello, 2022).

Cabe, portanto, discorrer sobre a importância dos conhecimentos relacionados às vivências e contextos sexistas para que se tenha um melhor entendimento sobre si mesmo/a, como indivíduo, em vista de serem feitas escolhas mais conscientes e até, se houver a necessidade, buscar ajuda de profissionais e da rede de apoio (Castello, 2022). Assim, torna-se notória a importância da Psicologia, como ciência e campo de atuação profissional, para o avanço da luta feminista.

Como segundo princípio fundamental do Código de Ética Profissional de Psicologia, “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (p.7), sempre embasando sua

atuação na Declaração dos Direitos Humanos (Conselho Federal de Psicologia, 2005). Para tal, a/o profissional de psicologia deve contribuir, de diferentes formas, para o fim de formas de discriminação e preconceito; bem como atuar com responsabilidade social, considerando a realidade do seu contexto de atuação profissional (Conselho Federal de Psicologia, 2005).

Além de contribuições acerca do desenvolvimento do pensamento crítico sobre as bases culturais e afetivas dos preconceitos e dos processos identitários, incluindo as identidades de gênero, é de responsabilidade de psicólogas/os promover formas de mudanças nas vidas das mulheres e na sociedade de modo a contribuir com a promoção da saúde e qualidade de vida das pessoas em um sentido mais amplo (Verlaet, 2021). Para Verlaet, (2021) esses são alguns exemplos de atuações que devem ser promovidas, de forma a gerar espaços de reflexão e acolhimento que contribuam para a prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres, bem como para a construção de uma cultura de paz.

Portanto, a Psicologia pode contribuir no acolhimento das mulheres que vivenciam contextos de sofrimento relacionados às questões sexistas, como, por exemplo, na atuação com mulheres em situação de violência. Nesse espaço, a Psicologia se faz muito importante na investigação de potenciais situações de violência, bem como na investigação e na assistência às mulheres que sofreram violência, no intuito de promover medidas de enfrentamento dessas violências e de proteção às mulheres (Verlaet, 2021).

O Laboratório de Estudos de Femicídios (LESFEM) indicou que, de Janeiro de 2023 até Julho de 2023, foram realizadas 1153 tentativas de feminicídio registradas no Brasil, sendo 70% desses casos, feminicídios consumados¹¹. Portanto, em média, ocorrem 3,81 feminicídios por dia no Brasil, em 2023. Esse é um dado muito alarmante e indica que, mesmo com as leis e medidas estabelecidas pelo Código Penal brasileiro que proíbem e punem a violência e homicídio em qualquer situação ou contexto, casos de violência contra

¹¹ Brasil registra 1.153 feminicídios até julho de 2023; disponível em: <https://sites.uel.br/lesfem/brasil-registra-1-153-femicidios-ate-julho-de-2023/#:~:text=O%20Laborat%C3%B3rio%20de%20Estudos%20de%20ferramentas%20digitais%20de%20pesquisa.>

as mulheres ainda são uma constante no país. Ou seja, quando se pensa especificamente na violência contra as mulheres, ocorrem de forma desproporcionalmente exagerada, mesmo com a presença de leis e medidas punitivas sobre atos de violência.

Felizmente, no Brasil, existe a Lei Maria da Penha (Lei 11340, 2006) que visa coibir os tipos de violência especificamente direcionados às mulheres, sejam eles no âmbito doméstico, ou familiar (incluindo as relações interpessoais). A lei em questão responsabiliza a família, a sociedade e o poder público a criar as condições necessárias para a aplicação dela. Aos/às profissionais da saúde, como os/as psicólogos/as, concerne a responsabilidade como integrantes da sociedade, mas também, como profissionais que podem dar assistência especializada às mulheres em situação de violência.

Além disso, é também muito importante a construção e difusão de conhecimentos em diversos contextos educacionais que irão contribuir, de diferentes formas, para a desconstrução do sexismo e da violência contra as mulheres na nossa sociedade. Exemplos que envolvem o combate e a prevenção da violência contra as mulheres, por meio da Psicologia, são: a promoção de debates nos cursos de Psicologia sobre identidades de gênero e preconceitos (incluindo o sexismo); a criação de espaços educativos em que é possível compartilhar e dialogar sobre emoções e sentimentos, de forma que possam ser desenvolvidos recursos de enfrentamento e formas de comunicação mais assertivas; entre outros (Verlaet, 2021).

4. Identidades Sociais, Preconceitos e a Construção do Processo de Pertencimento a Determinados Grupos

Vivermos em um mundo social repleto de discriminações e intolerâncias. A noção de que existe o outro estabelece tensões e desafios entre o “si” e esse outro, e para que seja possível conviver em conjunto e formar uma sociedade pacífica, é necessário construir relações e estabelecer alianças entre os diferentes grupos (Madureira & Barreto, 2018). Por conta disso, a promoção de relações interpessoais mais empáticas no dia a dia não deve ser deixada de lado (Madureira & Barreto, 2018).

No mundo social, as identidades se constroem a partir das relações sociais que são estabelecidas (Woodward, 2000). De forma simbólica e social, definem-se características, normas e classificações que distinguem as diferentes identidades (Woodward, 2000). Com isso, é possível saber quais são as pessoas semelhantes às identidades que um indivíduo possui e quais são as pessoas diferentes, possibilitando a formação de grupos sociais com base no que é considerado semelhante (Galinkin & Zauli, 2011; Woodward, 2000).

É a partir da marcação simbólica das diferenças que é possível construir os significados que estão presentes na sociedade e conferir ordem à vida social (Silva, 2014; Woodward, 2000). Assim, para que se forme uma identidade, é necessário, também, estabelecer o que é diferente das características que a definem (Silva, 2014; Woodward, 2000). Essa diferenciação pode ser feita por meio de sistemas simbólicos de representação ou pode ser feita através de formas de exclusão social (Woodward, 2000).

Como exemplo, pode-se pensar que nascer, crescer e pertencer a uma região específica do Brasil representa uma formação identitária específica. Ser brasileiro, portanto, significa representar uma pessoa dentro de um grupo identitário, dentre as diversas possibilidades de pertencimentos identitários relacionados à naturalidade brasileira. Outro

exemplo importante para o tema focalizado na presente pesquisa é o gênero (Louro, 1998), que corresponde a um marcador social que tem implicações importantes no modo como a pessoa se vê e será percebida pela sociedade. A marcação simbólica do gênero não só é diferenciada por meio de representações simbólicas, mas também por meio de diferentes formas de exclusão, que resultam em preconceitos e discriminações.

Contudo, as relações não são limitadas apenas ao que é semelhante a si. Para a marcação das diferenças, são formadas fronteiras simbólicas que delimitam quem pertence a uma identidade e quem não pertence (Madureira & Branco, 2012). Como afirma Madureira e Barreto (2018), certas marcações simbólicas da diferença não têm implicações significativas no dia a dia das interações sociais. Por exemplo, o fato de um indivíduo ser brasileiro não afeta, necessariamente, na formação de relações dele com pessoas de outras regiões do Brasil.

De forma mais aprofundada, em certas situações, essas fronteiras podem se tornar barreiras simbólicas e sociais, de forma que o que antes era tão somente uma diferença, é transformado em desigualdade e alvo de práticas discriminatórias, a partir do momento em que essas fronteiras são transgredidas pelos indivíduos (Madureira & Branco, 2012). São formados estereótipos negativos sobre o grupo identitário que não é familiar e as interações passam a ser marcadas por atitudes preconceituosas e por práticas discriminatórias (Madureira & Branco, 2012; Verlaet, 2021).

Percebe-se que, nessas ocasiões, as identidades se tornam rígidas, tanto a própria, quanto (e especialmente) a do outro. Com relação às vivências das mulheres, percebe-se que as mulheres são sistematicamente limitadas a uma noção de identidade feminina atrelada a uma série de significados pejorativos relacionados à feminilidade, ao ponto que quando tentam se expressar de outras formas são, muitas vezes, discriminadas.

Para Butler (2018), as identidades das pessoas (ou, ao menos, parte dela) é assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade. A coerência e continuidade do

“ser pessoa” é constituída por normas de inteligibilidade socialmente construídas e mantidas, sendo que os gêneros “inteligíveis” são os que mantêm a coerência das normas socialmente estabelecidas entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (Butler, 2018). Portanto, questionar essas noções de gênero e sexualidade pode representar o questionamento da própria noção do “ser pessoa” estabelecida na sociedade (Butler, 2018).

A autora afirma que a noção da existência de uma “verdade” do sexo é produzida e reafirmada “pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerente” (p.35). Essa noção define que certas identidades não podem existir, pois apenas algumas identidades fariam sentido, possuem coerência (Butler, 2018).

Portanto, contribuições do feminismo se tornam muito importantes ao destacar que não existe apenas uma identidade que define as vivências de todas as mulheres, mas sim diversas (Bairros, 1995; Louro, 1998). Contudo, quando voltados ao que é diferente, o ser humano pode se deparar com sentimentos de insegurança e aflição ao se deparar com algo que não domina/reconhece (Verlaet, 2021). Por isso, movimentos de resistência contra avanços do feminismo podem ser compreendidos como tentativas de ganhar novamente esse “controle” e de retroceder ao que já é conhecido ou ao que é considerado “coerente”.

Com relação à sociedade de modo geral, Sennett (1998) argumenta que vivemos em uma cultura intimista e interessada apenas na vida privada. Isso significa dizer que os indivíduos, de modo geral, passaram a crer que as relações interpessoais íntimas são a forma de resolver os problemas sociais, políticos e psicológicos (Botto, 2010). Com isso, relacionadas à esfera pública são transformadas em categorias associadas à esfera privada (Sennet, 1998). Ou seja, a vida privada passa a ser a lente para a interpretação de toda a realidade e a instância da intimidade/da vida privada passa a permear a esfera pública (Pereira, 2004).

O autor Sennett (1998) afirma também que a coletividade não busca uma ação coletiva, mas sim um “ser” coletivo. Ou seja, para o autor, a sociedade passou a focar na busca pela “personalidade”, pelo “eu” mais autêntico. Contudo, nessa busca, grupos sociais se fecham e o que é externo a essa comunidade passa a ser visto como uma ameaça à integridade da identidade dos indivíduos desse círculo, sendo este, inclusive um problema comum a quaisquer grupos identitários (Botto, 2010). Portanto, semelhantemente às discussões desenvolvidas por Madureira e Branco (2012), Sennett (1998) afirma que apenas os indivíduos que partilham das mesmas características tendem a ser vistos com simpatia e os outros indivíduos, que não partilham dessas características, podem ser vistos como inimigos em potencial (Botto, 2010).

Percebe-se, então, que as sociedades atuais vivem esse problema. A lógica cultural da busca por um “eu” mais autêntico, que permeia a vida de todos os indivíduos na contemporaneidade, é, por si só, excludente (Sennet, 1998). Cabe pensar: quem seria ou quais seriam as pessoas mais autênticas e, portanto, mais “corretas”? Essa noção abre espaço para grupos que ocupam posições hegemônicas, que têm as suas identidades sociais historicamente priorizadas em detrimento de várias outras, expressarem que as suas identidades são as mais autênticas/corretas. Portanto, esses grupos podem, a partir disso, ganhar força política no seu movimento reacionário de opressão contra grupos identitários minoritários.

Nota-se que a sociedade intimista abre brechas para pessoas com atitudes narcísicas, que, quando deparadas com uma situação político-social compartilhada, têm dificuldade de interpretar essa situação que não seja pela sua própria lente, ou que não resulte em algum proveito próprio para a sua comunidade (Pereira, 2004; Sennet, 1998). Um exemplo pertinente seriam as recentes discussões sobre o veto do casamento entre pessoas do mesmo

sexo na Câmara dos Deputados¹², liderado por políticos e líderes religiosos. A laicidade do país e a inconstitucionalidade do veto ao casamento homoafetivo não parecem ser condições suficientes para derrubar as incessantes tentativas de manter a heteronormatividade e a exclusão das diversas identidades existentes no Brasil.

Em uma sociedade democrática, baseada na proteção das liberdades individuais e na inviolabilidade da dignidade humana, os indivíduos possuem, necessariamente, o direito à livre expressão da consciência e de suas crenças, podendo cada indivíduo enunciar o sentido que confere à sua própria vida, em seus próprios termos (Lionço, 2017). Além disso, deve-se considerar que tais direitos são válidos até o momento em que violem os direitos de outra pessoa. Contudo, uma das forças mais significativas de oposição aos valores contemporâneos da democracia é o fundamentalismo religioso (Lionço, 2017).

Para os fundamentalistas religiosos, os ideais contemporâneos causaram “prejuízos morais” na sociedade e afrontam preceitos da fé que, supostamente, organizam a vida social (Lionço, 2017). Normas consideradas por eles como “sagradas”, como a família heteronormativa e as práticas sexuais restritas à procriação em família devem ser mantidas como regras para toda a sociedade (Lionço, 2017). Portanto, cabe refletir que indivíduos que desejam aderir ao casamento homoafetivo estão colocando em prática os direitos que possuem em uma sociedade democrática, enquanto que grupos que desejam proibir o casamento homoafetivo ferem a dignidade e a liberdade do próximo, por meio de justificativas adotadas por setores fundamentalistas religioso-cristãos, porém com intenções narcisistas.

Os indivíduos que são apenas interessados em promover ações públicas que realizem os desejos de seus próprios grupos, tornam-se também muito engajados nas tentativas de

¹² Comissão da Câmara aprova projeto que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo; disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1006272-comissao-aprova-projeto-que-proibe-o-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo/#:~:text=Comiss%C3%A3o%20aprova%20projeto%20que%20proibe%20o%20casamento%20entre%20pessoas%20do%20mesmo%20sexo,-Texto%20ainda%20precisa&text=A%20Comiss%C3%A3o%20de%20Previd%C3%BAncia%20Assist%C3%BAncia,entre%20pessoas%20do%20mesmo%20sexo.>

purificação, de rejeição ou de castigo dos indivíduos que não são como eles (Sennet, 1998). No exemplo apresentado anteriormente, percebe-se uma tentativa de encaixar todas as pessoas da sociedade dentro das características e noções heteronormativas. Evidenciando, portanto, uma necessidade questionável de estabelecer as pessoas heterossexuais e binárias como as “corretas/autênticas”, mesmo quando isso signifique o aniquilamento dos direitos de outras pessoas.

Além disso, percebe-se que esse fenômeno ocorre até mesmo nas redes sociais (Han, 2022). Uma ferramenta que, inicialmente, tem a proposta de conectar as diferentes pessoas, na verdade evidencia que as pessoas, normalmente, usam as redes para encontrar pessoas semelhantes a elas mesmas (Han, 2022). Com isso, os horizontes de experiência tornam-se mais estreitos e passamos a nos envolver com uma espécie de “doutrinação” de nossas próprias ideias, em que nossos ideais parecem ser os únicos existentes ou as mais corretos, por conta do isolamento entre diferentes ideias que as redes sociais estimulam (Han, 2022).

Para Han (2022), o imperativo da autenticidade, que implica uma tentativa de “ser você mesmo” e ser diferente dos outros, é uma forma muito eficiente de conformação. Há nessa busca uma falsa noção de liberdade, de forma que se acredita que encontrar a si mesmo seria libertador. Contudo, tentar ser autêntico significa tornar todos/as ao seu redor passíveis de comparação. Han (2022) afirma que, se todos/as tentam ser diferentes e, ao mesmo tempo, todos são comparáveis, o igual se perpetua. Esse seria um tipo de conformidade altamente sofisticado, pois é uma conformação que aceitamos e buscamos encontrar em nossas vidas e essa é a realidade que está presente no mundo contemporâneo e, em especial, nas redes sociais (Han, 2022).

O “terror da autenticidade”, como afirma o autor, elimina a alteridade atópica, ou seja, aquela que, por meio da comparação, não é reconhecida (Han, 2022). Dessa forma, assim como para Sennet (1998), Han (2022) acredita que esse imperativo da autenticidade produz

uma compulsão narcísica. O narcísico e o amor narcisista é cego ao outro, a alteridade verdadeira (Han, 2022). As fronteiras entre o si e o outro são dissipadas e o si torna-se difuso, redobrando o outro até que o ego próprio seja reconhecido no outro, sendo que é só dessa forma que ele será enxergado, como um reflexo de si.

Por fim, é de suma importância refletir sobre a discussão desenvolvida por Madureira e Barreto (2018). Para as autoras, devemos focar nossos esforços na direção da construção, metaforicamente, de “pontes” para que sejam possíveis conexões entre as diferenças, ao invés da construção de “muros”. É através desses “muros”, ou como Madureira e Barreto (2018) afirmam, dessas fronteiras simbólicas rígidas, que o sexismo continua sendo perpetuado atualmente. As diferentes formas de viver e ser, que não se encaixam nas definições rígidas de gênero e de sexualidade ainda são alvo de estranhamento e de discriminação.

O ser humano é e sempre será diverso. E é por meio da construção de “pontes” que se pode reconhecer a legitimidade que outras identidades possuem. Por meio da construção de relações mais empáticas com diferentes grupos, podemos colaborar para a construção de uma sociedade baseada no respeito por todos os indivíduos e no respeito e aceitação do espaço que todos têm na sociedade.

5. Metodologia

A pesquisa realizada é inspirada na epistemologia qualitativa, desenvolvida por González Rey (2005). A epistemologia qualitativa visa compreender a realidade subjetiva a partir do reconhecimento de sua complexidade e dinamicidade, evitando a formulação de “leis universais” para descrever todos os fenômenos relacionados à subjetividade (Madureira & Branco, 2001).

Além disso, a epistemologia qualitativa desenvolvida por González Rey (2005) critica o instrumentalismo metodológico da epistemologia positivista, de forma que instrumentos e técnicas são, por vezes, transformados em princípios absolutos de legitimidade dos conhecimentos científicos produzidos. Dessa forma, González Rey (2005) apresenta os três princípios fundamentais da sua proposta de epistemologia qualitativa, sendo eles:

- 1) O conhecimento possui caráter construtivo-interpretativo, em que há uma necessidade intrínseca de dar sentido às expressões e construções dos indivíduos estudados;
- 2) A produção do conhecimento possui caráter interativo, de forma que não se restringe apenas às relações pesquisador/a-participante, mas engloba também as diversas relações entre pesquisadores/as que podem vir a ser significativas para o desenvolvimento das pesquisas;
- 3) A legitimidade da singularidade como meio para avançar na produção teórica sobre os fenômenos de interesse do/a pesquisador/a.

Em um sentido mais amplo, o foco principal da pesquisa qualitativa é a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre determinadas temáticas e, para isso, são

necessárias análises e contribuições singulares e contextualizadas do/a pesquisador/a na compreensão e na interpretação dos fenômenos investigados (Minayo, 2016).

A pesquisa qualitativa busca se aprofundar no universo dos significados, crenças, valores e atitudes que fazem parte da realidade social das pessoas (Minayo, 2016). Assim, é de extrema importância a consideração de que existem diversos contextos histórico-culturais na constituição da realidade que os indivíduos vivenciam (Madureira & Branco, 2001). A partir disso, são realizadas análises ricas e aprofundadas sobre os significados que as/os participantes atribuem aos fenômenos estudados (Minayo, 2016).

5.1 Participantes

Inicialmente, seriam entrevistadas cinco mulheres, porém, por conta de imprevistos durante a pesquisa de campo, foi possível realizar apenas quatro entrevistas, com mulheres na faixa etária entre 20 e 55 anos. Na seleção, a pesquisadora buscou convidar mulheres com pertencimentos étnico-raciais, orientações sexuais e idades diferentes entre si. A seleção das participantes foi realizada por meio da rede interpessoal da pesquisadora.

A seguir, são apresentadas a Tabela 1 e a Tabela 2 com dados sociodemográficos e informações importantes sobre cada participante:

Tabela 1. *Dados sociodemográficos das participantes.*

Participante	Idade	Pertencimento étnico-racial	Crença/Religião	Identidade sexual
Thais	20 anos	Branca	Agnóstica	Heterossexual
Maria	55 anos	Branca	Evangélica	Homossexual
Laila	38 anos	Negra	Católica	Não coletado
Pamela	23 anos	Branca	Católica, em transição para apenas cristianismo	Bissexual

Tabela 2. *Ocupação e redes mais utilizadas pelas participantes.*

Participante	Ocupação	Redes sociais mais utilizadas
Thais	Estudante de medicina	Twitter e Instagram
Maria	Política	Instagram
Laila	Ramo financeiro	WhatsApp
Pamela	Estudante de estatística	Tik Tok, Instagram, Twitter e WhatsApp

5.2 Materiais e instrumentos

Os materiais utilizados foram os seguintes: computador com acesso à internet; gravador de áudio do celular da pesquisadora; bloco de notas virtual com o roteiro da entrevista; ferramenta *Google Meet* para a realização das entrevistas virtuais; e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE (Anexo A). Como instrumento, foi utilizado um roteiro de entrevista (Anexo B), contendo perguntas para nortear a realização das entrevistas que foram realizadas.

5.3 Procedimentos de construção de informações

Inicialmente, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília (CEP CEUB). Após a aprovação (Anexo C), as participantes foram selecionadas e solicitadas a comparecerem na entrevista. As entrevistas foram individuais, para que fosse possível aprofundar ao máximo na perspectiva de cada mulher. Considerando a ascensão da utilização de plataformas virtuais para encontros e reuniões, mesmo após a pandemia, devido à praticidade na utilização de tais recursos tecnológicos, as entrevistas foram realizadas de forma virtual.

As entrevistas foram marcadas com base na disponibilidade da pesquisadora e da participante. Antes de seu início, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi

enviado via WhatsApp para a participante em questão. Após a leitura da participante do TCLE, o consentimento foi colhido por áudio. Antes de começar as perguntas relacionadas ao tema da pesquisa, foram esclarecidas eventuais dúvidas das participantes, bem como enfatizada a natureza sigilosa da entrevista, de forma que será mantido o sigilo em relação à identidade pessoal das participantes.

Foi utilizada a modalidade de entrevistas semiestruturadas, abrindo a possibilidade de tanto a pesquisadora quanto a participante desenvolverem a entrevista com mais liberdade, sem se prender totalmente às perguntas formuladas (Minayo, 2016). A entrevista, no contexto das pesquisas qualitativas, diferentemente de outras interações sociais, possui uma finalidade específica, em que o objetivo é explorar os significados atribuídos pelas/os participantes sobre o fenômeno estudado (Minayo, 2016). Além disso, a/o entrevistadora/o e a/o participante têm um papel ativo no processo da entrevista, de forma que os significados relacionados à temática são co-construídos, ou seja, construídos conjuntamente, no momento dialógico da entrevista (Madureira & Branco, 2001).

É importante lembrar que, ao entrar em contato com diferentes opiniões e pontos de vista, as próprias opiniões e pontos de vista da/o pesquisadora/o serão desafiados (Minayo, 2016). Dessa forma, Minayo (2016) afirma que é essencial privilegiar o conhecimento de quem será entrevistado, deixando de lado, por ora, as crenças e concepções da/o própria/o entrevistadora/o para que seja possível se aprofundar no ponto de vista de cada participante (Minayo, 2016).

5.4 Procedimentos de análise

Após as entrevistas, foi realizada a transcrição do conteúdo gravado por áudio, com o consentimento das participantes. Para o processo de análise, a pesquisadora utilizou o método da análise de conteúdo em sua vertente temática (Gomes, 2016), de forma integrada ao referencial teórico adotado na pesquisa. Após a transcrição dos áudios, foram construídas as categorias analíticas temáticas. Nesse momento, torna-se importante retomar o que foi trabalhado anteriormente na pesquisa, retomar os objetivos de pesquisa, bem como atentar-se aos “não-ditos” presentes nas falas das/os participantes (Gomes, 2016; Sousa, 2021).

Na análise de conteúdo temática, são construídas categorias analíticas a partir de critérios semânticos, de forma que cada categoria reúne conceitos específicos e relevantes que dizem respeito aos temas focalizados na pesquisa (Gomes, 2016; Sousa, 2021). A organização da análise em categorias é útil na medida em que organiza e separa a gama de conteúdos expressos nas entrevistas, considerando os objetivos da pesquisa e o referencial teórico adotado, facilitando, portanto, o processo de análise e interpretação das informações construídas no decorrer das entrevistas, bem como a identificação dos pontos de convergência e divergência entre as entrevistas realizadas.

De forma mais específica, foram construídas as seguintes categorias analíticas temáticas: As percepções das participantes sobre ser mulher e sobre o feminismo no Brasil na atualidade; processos de identificação com o feminismo: aproximação e distanciamento; e a construção de um feminismo mais acolhedor e sensível: contribuições das participantes.

6. Resultados e Discussão

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os resultados mais significativos da pesquisa realizada, a partir das categorias analíticas temáticas formuladas e apresentadas anteriormente.

6.1. As percepções das participantes sobre ser mulher e sobre o feminismo no Brasil na atualidade

Ao questionar as participantes o que é ser mulher para elas, percebeu-se que três entre as quatro participantes demonstraram algum nível de dúvida sobre essa noção. Por exemplo, Thais afirmou: *“Ai, nossa, eu penso tanto nisso e eu não sei explicar (...)”* e Maria: *“Cara, é muito confuso porque assim. Pô. É difícil. Ser mulher, cara (...)”*. Inicialmente, pode-se relacionar esse fato ao processo de diluição cultural que ocorreu após a globalização. Ou seja, como Hall (1998) discute, ao termos acesso a uma diversidade de culturas, as identidades que eram, antes, mais bem definidas, tornam-se, agora, menos fixas. Portanto, delimitar uma categoria de identificação atualmente é uma tarefa mais difícil e, por vezes, confusa, como demonstraram as entrevistadas.

Além disso, pensar especificamente na identidade do “ser mulher” torna-se ainda mais complexo por conta do feminismo. A partir dos estudos realizados por feministas, é desenvolvida a diferença conceitual entre sexo, que é uma caracterização biológica dos indivíduos, e o gênero, que é uma caracterização social e cultural dos indivíduos (Silva, 2022). Por meio dessa diferenciação, percebe-se que o que define uma mulher em nossa sociedade não é apenas o sexo, mas, sim o gênero, socialmente e culturalmente atrelados ao sexo feminino e ao sexo masculino. Se as pessoas fossem definidas apenas pelo seu sexo, seriam consideradas como “fêmeas” ou “machos”, assim como os outros animais da natureza.

O essencialismo da noção de sexo é uma característica presente em culturas sexistas e o feminismo tem trabalhado, especialmente a partir da segunda onda, na desconstrução dessa determinação ancorada no essencialismo biológico, sinalizando que as características das identidades das mulheres e dos homens não são pré-determinadas pela natureza, mas sim, construídas cultural e socialmente, a partir do contexto em que são concebidos (Louro, 1998; Rago, 1998). Tais contribuições do feminismo favoreceram a flexibilização das definições de gênero e, assim, influenciando, também em uma dificuldade maior, por parte de algumas pessoas, em identificar o que significa ser mulher ou ser homem. A título de exemplo, a participante Thais afirmou o seguinte:

“Nossa... para mim isso é muito difícil, mas eu acho que, assim. Eu me identificar com outro grupo de mulheres, eu acho que faz mais sentido do que unicamente como, como mulher, mas eu me dou melhor com outras mulheres, eu acho que os assuntos e as vivências são muito parecidas, então isso contribui para eu entender como pertencente. Outras coisas que são típicas de mulheres que não necessariamente eu acho que são exclusivas, mas que me deixam, eu me sinto uma mulher. Eu acho que só fazer a unha. Mas tipo, de resto, de roupa coisa do tipo, não muito. Não sei.”

Percebe-se que o que estabelece a identificação de “ser uma mulher” não são características específicas, definidas externamente à pessoa. Thais expressou que ser mulher diz respeito ao pertencimento e à identificação com outras pessoas que também são mulheres e vivem contextos e situações semelhantes. Portanto, ser mulher torna-se algo muito mais subjetivo, definido de acordo com a percepção de pertencimento e identificação de cada indivíduo. De acordo com uma noção patriarcal e sexista, a categoria de identificação desse gênero seria muito mais fixa e definitiva, mas, com a contribuição do feminismo, tal categoria passa a ser plural (Bairros, 1995; Louro, 1998). Ou seja, não existe apenas uma forma de ser mulher, existem várias. Com isso, perguntas como “o que é ser mulher para você” podem ser, por vezes, difíceis de serem respondidas.

Em uma linha semelhante, Pamela respondeu a pergunta com base na forma que as pessoas a tratam por ela ser mulher, por vezes sendo uma forma positiva, mas geralmente

sendo negativa. Por exemplo, ela afirmou: *“Quando a pessoa é gentil com você. Alguns professores, nem todos, que são mais gentis quando tem uma menina tirando dúvidas (...) Mas às vezes, na maioria das vezes... mulher tem que sofrer cólica e ainda tem que trabalhar (...)”*.

Sua fala remete à discussão teórico-conceitual sobre o sexismo enquanto um fenômeno de fronteiras simbólicas, de forma mais específica, o sexismo enquanto barreira simbólica rígida e hierárquica. Para que seja realizada a marcação simbólica da diferença, são estabelecidas fronteiras simbólicas que definem e delimitam o que pertence a um grupo identitário e o que não pertence (Madureira & Branco, 2012). Contudo, essas fronteiras simbólicas podem se tornar barreiras culturais (preconceitos), de modo que o que é diferente passa a ser alvo de violências.

O grupo identitário das mulheres é um grupo que sofre discriminação, bem como outros tipos de violência, a partir da formação dessa barreira simbólica, sendo esta, o sexismo. Por meio da formação de tal barreira, é feita uma separação entre o gênero feminino e o gênero masculino, de forma que o ambiente público é visto como um espaço de ocupação masculina (Madureira, 2018). Dessa forma, apenas pelo fato de ser mulher, a participante pode, por vezes, ser tratada com mais educação, mas, pelo mesmo motivo, será tratada com discriminação.

Assim, as mulheres vivem situações de violência e desconsideração de suas vivências e necessidades específicas. Nota-se o exemplo pertinente que a participante Thais apresentou ao falar que a vivência de dores originadas pela cólica menstrual não confere às mulheres o direito de não ir trabalhar, pois isso não é considerado, pela sociedade, de forma geral, uma condição que justifique faltar ao trabalho. Especialmente ao pensar que o trabalho, socialmente considerado por contextos sexistas como um ambiente de ocupação masculina, a menstruação não é um fenômeno levado em consideração quando pensamos nas

problemáticas relacionadas à vida profissional.

Ademais, cabe refletir que as participantes Pamela e Thais, ambas na faixa dos 20 anos, foram as participantes que não atribuíram, necessariamente, ao “ser mulher” uma característica específica que a definem como mulheres. Ambas nasceram em uma época em que a segunda e a terceira onda do feminismo já teriam sido amplamente desenvolvidas e disseminadas, tendo grandes influências no decorrer do desenvolvimento das culturas onde ele se fez presente. Portanto, as críticas e estudos sobre definições enraizadas da categoria feminina podem ser, para as participantes, conceitos mais familiares a elas.

Além disso, cabe pensar que Pamela e Thais, no momento das entrevistas, estavam ingressadas em faculdades. Como evidencia o estudo realizado por Daflon, Costa e Borba (2021), percebe-se que o contato com o feminismo, bem como o ativismo feminista, se dá, muito mais, a partir do momento em que os indivíduos ingressam em faculdades. Nessas instituições de ensino, os conhecimentos relacionados às teorias feministas estão mais presentes, por meio de aulas, cursos, grupos de estudo etc. Não apenas isso, mas também vale ressaltar que o processo de escolarização prolongada e avançada contribui, de forma geral, para o desenvolvimento do raciocínio crítico dos indivíduos com relação aos fenômenos presentes na sociedade em que vivem.

Em contrapartida, as participantes Maria e Laila, respectivamente com 55 e 38 anos, vem de um outro contexto histórico e geracional, onde as noções de gênero desenvolvidas por estudos feministas, ainda estavam sendo trabalhadas e disseminadas. Desse modo, ambas afirmaram, de forma similar que ser mulher significa “*tomar conta*” ou ter “*responsabilidades*” sobre determinados contextos, especialmente o familiar. Nesse sentido, Laila e Maria afirmaram, respectivamente:

“Cara, eu não sei, eu acho que a mulher, ela carrega uma responsabilidade muito grande de manter uma casa unida, eu aprendi isso desde pequena com a minha mãe. Que é responsabilidade da mulher que a família prospere, né. Prospere no enredo de

união mesmo, né?”

“Ser mulher é tomar conta, né? Eu acho que acaba que o feminino sempre vai para essa vertente de tomar conta, né? Independente de ser casado, não ser casado, de ter filho, de não ter filho, eu acho que ‘o mulher’ acaba indo para isso”.

Como Laila discorreu, ela aprendeu, por meio de sua mãe, que ela, como mulher, tem mais responsabilidades do que o homem no meio familiar. Pode-se refletir que a noção da mulher como “responsável” pelo ambiente familiar era, em gerações anteriores, uma noção muito comum. Como os significados culturais são passados de geração a geração pelas famílias e pela sociedade, de forma geral, nota-se que, nos dias de hoje, ainda é possível perceber uma noção de que a mulher é “destinada” a assumir o papel de responsabilidade familiar, relacionada ao cuidado de outras pessoas.

Nas falas das duas participantes, não é possível notar a dimensão da escolha ou da vontade das mulheres em assumir esse papel para si. É algo que é atribuído, quase que automaticamente, a elas. Essa é uma noção cultural que o feminismo problematiza criticamente, usando o conceito de gênero como orientador de seus argumentos e o pressuposto democrático da liberdade de escolha como legitimador de sua luta. Contudo, desconstruir significados culturais arcaicos mostra-se difícil, especialmente quando os indivíduos se adequam ao que é socialmente estabelecido, sem questionamento crítico.

De forma mais aprofundada, na sociedade sexista em que vivemos, as noções arcaicas de gênero, sexo, prática sexual e desejo visam manter a “coerência” estabelecida pela sociedade do que é “ser pessoa” (Butler, 2018). Questionar tais noções pode significar o questionamento da própria noção social, histórica e cultural do que é “ser uma pessoa”, estabelecida pela sociedade (Butler, 2018). Assim, a compreensão das participantes de que as mulheres acabam “caindo” nesse papel de “tomar conta” da família faz sentido em um âmbito social, visto que quando as mulheres não aceitam esse papel, o significado de “pessoa”, socialmente estabelecido por culturas sexistas, é desestabilizado.

Com base no que foi discutido anteriormente, vale comentar que as participantes da pesquisa realizada apresentaram diferentes visões sobre o feminismo, algumas delas sendo mais positivas, e outras sendo mais críticas. Thais e Pamela apresentaram perspectivas bastante positivas. Para as duas, o feminismo é uma luta que busca a igualdade entre homens e mulheres. De forma similar, Maria afirma que o feminismo, para ela, é a possibilidade de colocar as mulheres em qualquer lugar, de forma que qualquer lugar seja lugar de todos/todas. Para Pamela:

“(...) tipo assim, ah, um homem não querer casar, tá tudo bem. A mulher também tem que ser algo assim. ‘Ah, você também não quer casar, tá tudo bem’ (...). Ter os mesmos direitos, não ser julgada por atitudes que homens fazem, que não são julgados, mas se uma mulher fazer, é julgada”.

Percebe-se que está muito presente na fala dessas participantes a concepção de que a luta do feminismo está relacionada à possibilidade de as mulheres poderem escolher e poderem ocupar diferentes espaços, caso desejem. Tal luta é uma das principais e mais antiga luta do feminismo, visto que a primeira onda se constituía, principalmente, na busca pela possibilidade de as mulheres ocuparem alguns dos espaços que homens sempre ocuparam, sendo eles o meio profissional, o educacional e o político, abrindo a possibilidade das mulheres estarem presentes nos ambientes públicos e não mais apenas nos ambientes privados/domésticos (Bittencourt, 2015; Louro, 1998; Mendes et al., 2014).

Nas entrevistas, foram realizadas perguntas relacionadas ao feminismo de “antigamente” e o feminismo “atual”, se as participantes acreditavam que os respectivos feminismos têm influências na saúde e na qualidade de vida delas na atualidade. Sobre a importância do movimento feminista “mais antigo” para sua saúde e qualidade de vida, Pamela respondeu: *“O direito de votar. É um ato importante. Mulheres não tinham o direito de votar e nossa opinião também é importante”*. Thais respondeu, também, que o movimento sufragista foi muito importante para ela. Maria pontuou que o direito de ir trabalhar é algo

que contribui na qualidade de vida de todas as mulheres, de forma geral. Laila respondeu:

“(...) muita coisa mudou que, graças a Deus a mulher, ela tem opinião pública, ela pode se manifestar, ela pode se impor, ela pode aplicar os seus desejos”.

Percebe-se, assim, que as respostas das participantes envolveram, de forma específica, as contribuições da primeira onda do feminismo, relacionadas à possibilidade de participar da vida pública. A participante Laila fez um comentário importante sobre a implementação de planos relacionados à saúde da mulher e a defesa das mulheres contra a violência sexista, que é uma pauta mais presente a partir da segunda onda do feminismo (Rago, 1998; Silva, 2022).

Vale enfatizar que o enfrentamento da violência contra as mulheres ainda é uma luta muito atual, também. A lei Maria da Penha, por exemplo, em termos históricos, foi implementada recentemente, apenas no ano de 2006, passando a classificar o feminicídio como qualificador do crime, aumentando a pena do/da culpado/a quando o homicídio é considerado feminicídio (Lei 11340, 2006).

Com relação ao feminismo “mais atual”, foi possível perceber algumas considerações divergentes entre as participantes. Thais afirmou que:

“(...) eu acho que hoje a gente tá, tá mais voltado na questão, é, não muito mais política mais, mais de ter os direitos que a gente já tem assegurado, né. Eu acho que, hoje, o feminismo, para mim, foi muito importante, tanto na questão de tipo, eu poder usar o que eu quiser e eu não, não sofrer agressões. É... de eu ter os mesmos direitos que os homens numa relação, é... liberdade sexual. Eu acho que todos esses fatores contribuíram muito para minha vida hoje”.

Dessa forma, o feminismo atual é importante para assegurar as conquistas que já foram alcançadas como direitos das mulheres. Como constatado no estudo feito pelo Laboratório de Estudos de Feminicídio (LESFEM)¹³, em 2023 o Brasil alcançou uma média de 3,81 feminicídios consumados por dia. Por mais que as mulheres tenham conquistado, até certo ponto, o reconhecimento de sua liberdade e de seus direitos, o Brasil ainda é um país

¹³ Brasil registra 1.153 feminicídios até julho de 2023; disponível em: <https://sites.uel.br/lesfem/brasil-registra-1-153-feminicidios-ate-julho-de-2023/#:~:text=O%20Laboratório%20de%20Estudos%20de,e%20ferramentas%20digitais%20de%20pesquisa.>

extremamente violento, especificamente contra mulheres, mostrando que ainda vivemos, hoje, em um país muito sexista.

Ao pensar nas barreiras simbólicas rígidas presentes em uma sociedade sexista, nota-se que, quando um indivíduo não se comporta de acordo com o que é socialmente definido como o seu gênero, essas barreiras simbólicas são transgredidas (Madureira & Branco, 2012). Quando tal fenômeno ocorre, outras pessoas podem sentir uma espécie de insegurança e aflição por não compreender (ou dominar) a forma como o indivíduo transgressor quis expressar sua subjetividade (Verlaet, 2021). A partir disso, formam-se estereótipos negativos relacionados às pessoas que transgridem essas barreiras e, muitas vezes, esses indivíduos são desumanizados e tornam-se alvos de violência, como é o caso de mulheres que não aderem ao papel socialmente estabelecido de feminilidade.

Ademais, ainda existem conquistas importantes a serem alcançadas. A participante Pamela acredita que o feminismo “de antigamente” conquistou mais coisas, mas considera que ainda existem conquistas para serem alcançadas atualmente. Contudo, Pamela afirmou que tais conquistas podem demorar para acontecer e, portanto, ela pode não ser afetada diretamente por essa mudança. Nesse sentido, ela afirmou:

“Porque o que elas conquistaram também no passado não foi do dia para noite. Então acredito que vai ter conquistas importantes ainda. Por exemplo, a luta que tá tendo para as mulheres que sentem cólica ter o direito de afastamento médico, ter atestado. Isso eu sei que, tipo, talvez não chegue na minha época, vou está já morta, mas alguém vai, vai viver esse privilégio”.

Por isso, as lutas feministas ainda se fazem importantes nos dias de hoje. Em conjunto com os argumentos apresentados pelas participantes, percebe-se que a concentração dos conhecimentos feministas (Hooks, 2008) e de feministas manifestantes em meios acadêmicos (Daflon, Costa & Borba, 2021) dificulta o alcance de novas conquistas, bem como a manutenção do que já foi alcançado em nível geral. E enquanto as sociedades não acolherem plenamente a igualdade entre homens e mulheres, o feminismo ainda se fará necessário.

A participante Maria apresentou outra perspectiva. Para a entrevistada, tudo que causa a emoção da ira nas oposições atrapalha a resolução do problema proposto e amplifica a situação mais do que precisaria. O feminismo “mais recente”, para ela, tem sido esse movimento que causa muita ira e, portanto, não é tão efetivo quanto antes. Não que os movimentos anteriores não causassem essa emoção em quem era contra. É de se imaginar que, na época das lutas sufragistas, por exemplo, muitos homens achavam absurda a possibilidade de mulheres votarem e trabalharem igualmente como eles. Mas o que se torna evidente na fala de Maria é que, atualmente, o feminismo no Brasil tem uma oposição muito reativa. Ou seja, está presente, no nosso país, grupos antifeministas muito ativos na luta contra a disseminação do feminismo.

Existe, na atualidade, uma onda de movimentos antifeministas que tentam estabelecer um “pânico moral” a partir do pressuposto de que a sociedade voltaria para uma suposta “ordem natural”, “harmônica”, se ela fosse mais conservadora e tradicionalista (Junqueira, 2022). Percebe-se, novamente, a vivência de insegurança e aflição por parte desses grupos, ao se depararem com grupos identitários novos e diferentes aos seus, que eles não conhecem/dominam (Verlaet, 2021).

Esses grupos prejudicam o avanço de importantes pautas feministas, como o ensino sobre sexualidade e saúde nos contextos educativos, especialmente no âmbito da educação básica, por meio dos discursos que visam provocar esse pânico moral. Não apenas isso, mas eles também cooperam na criação e disseminação de uma reputação bastante negativa sobre o feminismo, como se esse movimento, assim como outros movimentos igualitários, estivessem destituindo a ordem “natural” da sociedade (Lionço, 2017). Portanto, a partir da noção, de setores fundamentalistas religiosos, de que movimentos igualitários “afrontam a fé”, são criadas forças políticas poderosas que tentam instaurar leis e normas regressivas.

Ademais, a participante Laila falou sobre como não confia nas feministas de

atualmente para provocarem mudanças na sociedade como as que ocorreram nas ondas anteriores do feminismo:

“(...) Eu não confio muito nas pessoas que são feministas hoje para dizer que hoje eles fariam alguma coisa muito parecida. Eu acho que a luta lá atrás (...) permitiu, sim, que a gente tivesse uma qualidade de vida e até um respeito maior entre mulheres e entre, entre pessoas de gênero diferente, né? Até dentro de casa, você vê muito a questão da própria mãe, que, que trata a filha de forma discriminativa. É, por exemplo, ‘ah, você não pode, você não vai se casar com um homem, então você não é minha filha’”.

Para Laila, as pautas feministas hoje em dia são muito banais e, portanto, não têm um significado positivo em sua vida. Como exemplo, ela mencionou sobre a iniciativa, muitas vezes incentivada por concepções feministas, de mulheres não depilarem os pelos. Contudo, ela reconhece que ainda existem preconceitos presentes na atualidade, como a discriminação de uma mãe em relação à escolha de sua filha não se casar com homens. Percebe-se que a participante não considerou, em sua fala, que o feminismo atual luta, ainda, pela igualdade de gênero e pelo enfrentamento de preconceitos relacionados ao sexismo.

Ademais, Hooks (2008) afirma que certas mulheres, traumatizadas pelas vivências opressivas com homens, criaram uma aversão à imagem do homem e disseminaram um ódio relacionado à figura masculina. É possível que, atualmente, esse fenômeno ainda esteja presente em mulheres que estão “calejadas” pelas vivências repetitivas de discriminação e passam a compartilhar suas opiniões, inicialmente guiadas por pressupostos feministas, de forma muito agressiva.

Pressões relacionadas à aparência corporal supostamente feminina são uma discriminação largamente vivenciada por todas as mulheres (Zanello, 2018). Como mulheres, somos socializadas a nos sentir moralmente responsáveis pela nossa beleza que, por sua vez, atribuirá a nós aceitação social (Zanello, 2018). A depilação de nossos pelos, por exemplo, é algo culturalmente associado à beleza feminina e, por vezes, podemos ser vistas como feias ou, até mesmo, sujas, quando não nos depilamos. O que praticamente não é uma pressão

existente no cotidiano de homens. Isso porque a noção de que a mulher deve se depilar e o homem, não, é mais um exemplo de uma fronteira simbólica rígida entre a masculinidade e a feminilidade (Madureira, 2018). Manter a separação rígida entre quem se depila e quem não se depila significa fortalecer a barreira simbólica entre os gêneros.

Dessa forma, os indivíduos que escolhem não seguir essa norma são, muitas vezes, alvo de opressão e discriminação. Portanto, por conta de vivências opressivas constantes sobre uma suposta “responsabilidade moral” da depilação de nossos corpos, algumas mulheres podem se tornar contrárias à depilação, como uma atitude feminista e de libertação dessa moralização de seus corpos. Contudo, certas mulheres, ao sentir uma espécie de revolta com relação a essa opressão, podem expressar suas opiniões e preferências de forma muito agressiva e, até, impositiva.

Como essa iniciativa da libertação da necessidade moral da depilação de pelos faz parte de uma pauta feminista, essas atitudes mais agressivas e impositivas podem ser, erroneamente, associadas ao movimento feminista como um todo. Assim, podem causar impressões de que o feminismo, ao invés de lutar pela possibilidade de decisão, sem julgamentos discriminatórios, das mulheres escolherem qual aparência física desejam para seus corpos, forma-se uma impressão errônea de que o feminismo é “a favor da não depilação de pelos e contra a depilação de pelos”.

6.2. Processos de identificação com o feminismo: aproximação e distanciamento

Com o intuito de compreender de forma mais aprofundada o processo de identificação das mulheres entrevistadas com o feminismo, foi perguntado se elas se consideravam feministas, ou não; bem como o que acreditavam que distanciava ou aproximava as mulheres do feminismo.

Inicialmente, ao indagar a participante Pamela se ela se considera feminista, ela afirmou que não se considera “*ao ponto de lutar*” e “*de ter um movimento que fale disso*”. Entretanto, após a entrevistadora estimular a participante a desenvolver mais seu posicionamento sobre a questão, ela falou que se considera, sim, feminista, mas sua luta ocorria em ações do seu dia a dia, não necessariamente na sua participação em movimentos feministas, como, por exemplo, passeatas. De acordo com ela, sua luta significa:

“(...) ingressar às vezes meios que só tem homens e não ter medo, sabe? Você: ‘não vou deixar que ninguém me abaixe. Posso ser a única mulher aqui, mas vou fazer que valha a pena’ (...) E questionar também quando alguém é machista, ‘porque só eu que tenho que fazer e não ele?’ Se ele é homem e tem as mesmas quantidades, sabe. Chegar na família tradicional e falar assim: ‘oxe, você não tem a mesma quantidade de mão? Porque é a minha tia que tem que servir o seu prato para você, e não você mesmo se serve?’”.

De forma similar, Thais afirmou que não participa “*ativamente*” do feminismo, mas que tenta mudar a realidade que vive em seu “*mundinho*”. Como exemplo, ela falou que já conversou muito com seus pais, em específico, que são mais conservadores, explicando que o feminismo foi bom para as mulheres; que existem, atualmente, diferenças econômicas entre homens e mulheres etc.

Portanto, para ambas, Pamela e Thais, o que compõe significativamente a luta delas são momentos de questionamento educativo, em que noções culturais já estabelecidas são rebatidas pelas participantes através de comentários críticos, educativos, ou, até, por meio de exemplos práticos vivenciados por elas. Como exemplo prático, a participante Pamela afirmou, em sua fala citada acima, que uma forma de enfrentar o sexismo é através do ingresso das mulheres em meio aos quais apenas homens frequentam, mesmo quando não são bem recebidas ou rebaixadas pelas pessoas ao seu redor.

Vive-se, na sociedade, uma tensão entre a manutenção do status quo e a promoção de mudanças, ou seja, a sociedade é uma arena política (Madureira & Branco, 2015). Momentos como os citados pelas participantes são iniciativas que desafiam o status quo presente em

uma sociedade estruturalmente sexista, que naturaliza muitas noções historicamente construídas. Portanto, ao criarem espaços dialógicos, as entrevistadas participam ativamente no incentivo de relações mais respeitadas e possivelmente menos violentas (Paula & Branco, 2022).

Ademais, Thais comentou que se considera feminista porque: *“eu entendo que é um movimento que me beneficiou de muitas formas, mas como eu também quero continuar promovendo essas mudanças para outras mulheres”*. Além disso, as participantes Pamela e Thais afirmaram que algo que as atraiu para o feminismo (e que acreditam que, também, atrai outras mulheres) foi perceber que existem desigualdades entre homens e mulheres, sendo o feminismo uma forma de lutar contra isso.

As duas participantes apresentaram exemplos de vivências pessoais em que se sentiram discriminadas, oprimidas ou desrespeitadas de alguma forma por serem mulheres, como o exemplo compartilhado por Pamela: *“Sabe, é, tipo um dia, eu queria sentar num gramado da UnB, mas eu tava de saia; eu disse ‘não, não vou ficar aqui, porque se acontecer alguma coisa vão dizer que foi porque eu tava de saia’”*. A participante Thais apresentou o seguinte exemplo: *“(...) eu tava saindo do carro com meu amigo e com a minha irmã, eu tava com a chave do carro, do carro na mão. E aí apareceu um flanelinha para limpar o carro e ele se dirigiu ao meu amigo, como se ele fosse o dono do carro”*.

Pensando no processo de formação identitária dos indivíduos, de forma geral, as identidades são construídas e estabelecidas a partir das relações e experiências vividas entre as pessoas, em seus cotidianos (Woodward, 2000). Certas vivências e características que dizem respeito à realidade compartilhada por uma parcela específica de indivíduos contribuem, portanto, para o processo de identificação desses indivíduos em relação ao grupo que compartilha essa realidade de forma semelhante. Tal identidade é formada não só a partir de indivíduos que partilham, simbolicamente, de uma realidade semelhante, mas também de

indivíduos que partilham de realidades diferentes, ou opostas (Galinkin & Zauli, 2011; Woodward, 2000).

É possível refletir que as participantes mencionadas anteriormente se identificam com o feminismo porque reconhecem, pessoalmente, a injustiça presente na opressão vivenciada por elas e outras mulheres na sociedade em que vivem. As participantes partilham, também, características que dizem respeito, ao que considero como o grupo identitário de feministas, como o sentimento de injustiça e a vontade de fazer algo para superar tais injustiças. Ao falar porque acredita que algumas mulheres passam a seguir o feminismo, Pamela afirmou que:

“Talvez porque elas reconhecem que são inferiorizadas por conta dos homens. Que deixam de contratar ela por ser, por ser uma possível, ela poder engravidar, e o cara não poder ter a chance de engravidar. Aí a empresa prefere contratar o cara. Então acredito que são coisas, talvez um relato de experiência vivida traumático, que faça assim ‘ah, agora eu entendo o que que é o feminismo’”.

Considerar-se feminista, portanto, significa compartilhar significados e experiências em comum, especialmente no que concerne ao reconhecimento de vivências opressivas relacionadas ao sexismo e o desejo de adotar iniciativas para cessar essa opressão. Nessa direção, Maria discorreu, ao longo da entrevista, que viveu uma condição de “ficar em cima do muro” sobre ser feminista, ou não. Ou seja, ela se colocou em uma posição de não ser, nem feminista, e nem antifeminista.

Durante a entrevista, Maria expressou que, para ela, o movimento feminista atual pode não ser significativo para sua geração, pois já foi conquistado o que é de importante para ela, como o direito de ir trabalhar. Além disso, ela afirmou nunca ter vivido uma situação de discriminação, opressão ou desrespeito por ser mulher, ao menos que ela tenha notado e talvez, por causa disso, não tenha tido um incentivo pessoal que precisaria para aderir a luta feminista. Sobre vivências de discriminação, ela afirma: *“Eu não tive, nem comigo, (...) nem com a minha sobrinha, nem com a minha cunhada, pessoas próximas a mim*

assim. Minhas irmãs. (...) só que, infelizmente, infelizmente, como a maioria das pessoas né? Tem coisa que só dói na carne. Não aconteceu.”

Dessa forma, vivências relacionadas à violência, para terem peso emocional para ela, precisam “doer na própria carne”, seja por eventos discriminatórios acontecendo com ela, seja com pessoas de sua família/próximas a ela. Em suas falas, percebe-se a ênfase na necessidade de reconhecer ter vivenciado alguma discriminação e viver o sofrimento causado por ela para, então, sentir-se instigada a aderir à luta feminista. Assim sendo, torna-se evidente que para algumas mulheres se identificarem com o feminismo e se classificarem dentro desse grupo, não basta ter atitudes feministas. É necessária a dimensão do reconhecimento e da mobilização de afetos pessoais, a partir de vivências discriminatórias, para aderir ao feminismo, em termos identitários.

Em adição, Maria discorreu que o feminismo atual é, por vezes, muito exagerado ou “over” e que isso não a atrai no movimento feminista, por conta de sua idade e de seu estilo de vida. Por exemplo:

“Sabe, eu acho que tudo que é over, tudo que é over, tudo que salta os olhos, tudo que é diferente tende a também ter preconceito. (...) Eu acho que algumas coisas não vão ser resolvidas assim, não vão ser pelado, pintado, não sei o quê. Não sei, talvez na minha idade não caiba mais esse tipo de coisa, esse tipo de manifestação”.

A participante Maria se caracterizou como uma pessoa que, pela natureza de seu trabalho (política), busca se expressar de forma a não causar uma reação negativa no público que vai receber sua mensagem, tendo sempre atenção sobre a maneira como vai compartilhar um conteúdo e de que forma ele será recebido pelas pessoas. Portanto, o feminismo que ela enxerga atualmente não está de acordo com a forma como ela mesma se caracteriza, sendo um fator importante para ela se afastar ainda mais de uma identificação com o movimento feminista.

Com relação ao que afasta a participante Laila do movimento feminista, ela respondeu que sente uma certa imposição dos ideais de mulheres feministas e, mesmo sendo mulher, não se identifica com o feminismo:

“ (...) eu acho que a gente tem vontades e ideias próprias, eu acho que a partir do momento que você tem uma coisa que é imposta a você, você automaticamente, o ser humano, por si só, já tende a ter uma certa aversão por aquilo ali, então assim essa imposição que eu te falei é o que me afasta do ideal [feminista]”.

Para a participante, portanto, opiniões e preferências pessoais de mulheres que se consideram feministas são distorcidas a ponto de parecer que elas são, na verdade, “princípios feministas” e que deveriam ser os princípios de todas as mulheres. Dessa forma, ela expressou que o que ela não gosta sobre o movimento não é o feminismo em si, mas, sim, as mulheres feministas da atualidade, que distorcem o feminismo.

Sobre mulheres feministas, Hooks (2008) discorre como, em retrospectiva, o discurso feminista não criou uma discussão positiva sobre o amor, o que acabou por contribuir para que a mídia de massa, caracteristicamente patriarcal, representasse o movimento feminista como uma política fundamentada no ódio. De certo, algumas mulheres, individualmente, que se consideram feministas, compartilhavam e ainda compartilham discursos de ódio e de desprezo aos homens e, em conjunto, utilizam-se do feminismo para tentar disseminar tais discursos para outras mulheres (Hooks, 2008).

Contudo, esse não é o discurso que o feminismo deseja, de fato, compartilhar, e nem a sociedade que o movimento feminista visa (ou, ao menos, deve) alcançar. Em linhas gerais, a proposta do feminismo é de destituir a opressão sexista e patriarcal, e não de produzir um matriarcado ou de aniquilar os homens da sociedade (Hooks, 2008). Isso dito, percebe-se que, com a mídia de massa patriarcal “vendendo” uma impressão equivocada sobre o feminismo e com a incessante insistência de algumas mulheres que assumem uma postura “anti homem”,

cria-se uma noção no imaginário coletivo e de algumas feministas, de forma geral, de que o “inimigo” do feminismo é o homem.

Como expressou a participante Laila, esse discurso ainda está presente na atualidade e isso a afasta da vontade de ser feminista, por sentir a imposição de algumas mulheres a concordarem com visões, muitas vezes, distorcidas sobre o feminismo. Entretanto, é importante considerar que mulheres feministas que distorcem o feminismo não são o único problema. Como Hooks (2008) afirma, a mídia de massa patriarcal teve grande participação na difusão da representação do feminismo como um movimento que fomenta o ódio. Além disso, grupos conservadores e/ou fundamentalistas religiosos também distorcem o feminismo e o percebem como “inimigo” de seu modo de viver.

Tais grupos acreditam que o feminismo, especialmente o movimento feminista mais recente, busca destituir as organizações hierárquicas da sociedade, socialmente estabelecidas como “naturais” (Junqueira, 2022; Oliveira, 2022). Dessa forma, conservadores e fundamentalistas religiosos passam a criar movimentos de regressão social e política, tentando restabelecer uma suposta “ordem” da sociedade que, para eles, o movimento feminista tem tentado destituir.

Em adição, as participantes Pamela, Thais e Maria expressaram, em algum nível, que pessoas conservadoras e/ou religiosas enxergam o feminismo como totalmente contrário aos seus ideais, como se não fosse possível ser religiosa ou conservadora ao mesmo tempo que se é feminista. Como afirmou Pamela sobre algumas pessoas associadas à igreja:

“(...) eles enxergam o feminismo como uma coisa que pode subir a cabeça da mulher e a mulher querer mandar em tudo (...) Ela pode, mas se ela também não quiser, e seguir, tá tudo bem. Mas não, não, como eu posso dizer? Não transformar o movimento em algo diabólico. Destruidor de Lares, mas não construidor de lares, sabe?”.

O que se faz presente neste fenômeno de “demonização” do feminismo é a percepção de ameaça à integridade da própria identidade desses grupos conservadores. Portanto, para

defender sua identidade, atrelada a noções tradicionalistas e religiosas fundamentalistas sobre o papel do homem e o papel da mulher na sociedade, transformam o feminismo em seu inimigo. O que é evidente no movimento desses grupos, ao se considerarem antifeministas, é o incômodo reativo desses grupos que usufruem, historicamente, de maior poder político, ao escutar novos discursos e novas possibilidades de realidades de indivíduos que ocupam posições não hegemônicas (Ribeiro, 2020).

Estrategicamente, o movimento de grupos antifeministas (em geral, conservadores e/ou fundamentalistas religiosos), coopera para a manutenção das desigualdades presentes na sociedade e para a manutenção do poder de grupos que ocupam posições socialmente hegemônicas (como, por exemplo, os homens e as pessoas heterossexuais). Por meio de seus discursos, é difundida a “ameaça” de que as mulheres, para continuarem sendo conservadoras e religiosas, devem ser contra o feminismo. Com isso, mulheres que podem se considerar do lar, conservadoras etc passam a acreditar que o feminismo não é para elas, pois ele, supostamente e de acordo com grupos tradicionalistas, deseja subir à cabeça da mulher e a tirar da “vida do lar”.

Vale refletir, portanto, sobre o que Hooks (2008) escreve com relação ao feminismo: “O centro de nosso ponto de vista alternativo ainda é uma verdade fundamental e necessária: não há amor onde há dominação” (p. 111). Assim, como feministas, temos a responsabilidade de demonstrarmos atitudes mais acolhedoras, bem como discursos que foquem nas possibilidades do amor. Dessa forma, evitamos construir mais relações (que já são muito presentes na sociedade atual) fundamentadas no ódio e na dominação. Assim, podemos acolher e ajudar, no que for necessário, diferentes mulheres em suas diferentes formas de viver, bem como diferentes indivíduos da sociedade.

6.3. A construção de um feminismo mais acolhedor e sensível: contribuições das participantes

Ao fazer perguntas sobre se o feminismo é acolhedor e sobre se há algo a ser melhorado no feminismo, algumas considerações interessantes foram apresentadas pelas participantes. Thais levantou um ponto relevante sobre a importância de dar mais atenção e espaço no movimento feminista para mulheres marginalizadas, como as mulheres negras e transsexuais. Sobre isso, cabe lembrar que o feminismo negro apresenta a noção da interseção entre os diversos marcadores identitários (Bairros, 1995).

Especialmente ao focalizarmos o Brasil temos a significativa herança cultural de uma história patriarcal-colonial, em que marcadores identitários como a masculinidade heteronormativa e a branquitude ocupam o topo da hierarquia político-social. A própria construção do feminismo sofreu influência dessa herança. Como discutido por Bittencourt (2015), tanto a primeira quanto a segunda onda do feminismo receberam fortes críticas com relação a algumas construções generalizadoras, que levam em consideração apenas grupos de mulheres específicas. Por mais que, no Brasil, o feminismo tenha maior aproximação com questões sociais mais amplas (Daflon, Costa & Borba, 2021), nota-se que o problema da generalização de diferentes grupos de mulheres é um fenômeno presente por conta, em grande parte, dessa herança cultural.

Discussões sobre, por exemplo, a desconsideração de alguns grupos de mulheres já tem sido feita há mais de um século (Ribeiro, 2020), porém percebe-se que até os dias de hoje, alguns espaços feministas podem priorizar o acolhimento de certas mulheres, em detrimento de outras. Portanto, tornam-se importantes considerações reflexivas como a de Thais que acredita se sentir acolhida pelo feminismo, mas a partir do momento em que é branca e cisgênero. A partir disso, Thais acredita que algo que deve ser trabalhado no feminismo é a inclusão.

Por outro lado, a participante Laila afirmou que não se sente acolhida pelo feminismo. Ela apresentou um exemplo de uma mulher que vive com ela e que não usa desodorante de spray e não depila seus pelos. Além de não concordar com a argumentação de não depilar os pelos e de acreditar que, por ter pele mais escura, sua mais e precisa de desodorante mais forte, ela afirmou que sente que pautas como essa são forçadamente impostas a ela.

Outro exemplo que ela mencionou foi um post em uma rede social que mostrava uma mulher servindo comida para seu marido e nos comentários do post, viu pessoas falando coisas como: “eu não lutei pelos meus direitos para estar servindo comida no prato para macho” e “esse marido é aleijado? Ele não consegue levantar e se servir?”. Esses comentários, para Laila, são julgamentos sobre a vida do casal que não dizem respeito ao problema de outras pessoas, que não o casal.

Assim, a participante expressou que percebe o julgamento e a imposição presentes no movimento feminista atual que a incomodam muito e a afastam de um ideal feminista, que ela poderia ter para si. Ela afirmou ainda que o que acredita ser o problema não é o feminismo em si, mas, sim, as/os feministas da atualidade, que entram no movimento para seguir uma “modinha”, mas não sabem, na realidade, do que ele se trata e acabam por distorcer o movimento feminista e suas pautas.

Esses tópicos trazidos pela entrevistada remetem às discussões realizadas por Sennett (1998) e Han (2022). Para os autores em questão, existe, atualmente, a busca generalizada por um “si” mais autêntico, mas que revela, na verdade, uma sociedade narcísica e comparativa (Han, 2022; Sennett 1998). Ao invés de buscarmos uma autenticidade a partir do nosso referencial próprio e, por meio disso, reconhecer, igualmente, a validade da autenticidade do outro, o “ser autêntico” tornou-se um referencial universalizante e passamos a acreditar que apenas a nossa individualidade seria a “mais autêntica” e, portanto, a “mais correta”.

Sobre essa falta de reconhecimento do diferente, Botto (2010) afirma, ainda, que esse é um problema comum a qualquer grupo identitário. Ou seja, cabe pensar, então, que indivíduos pertencentes ao grupo identitário de “feministas” podem, também, desenvolver uma perspectiva narcísica. Dessa forma, ser feminista pode se tornar, para alguns/mas, uma obrigação, por ser supostamente “o mais correto”. Como exemplo, a entrevistada Maria, em sua fala, afirmou que o seu posicionamento sobre o feminismo é julgado em mais de um sentido:

“Se eu pensar assim ó, é, nas pessoas, meus amigos gays, vamos dizer assim. Um absurdo, qualquer um que eu falo que não seja feminista, as pessoas vão achar um absurdo” e “As pessoas da minha idade que trabalham comigo (...) acham o tempo todo, pela forma que a gente se comporta (...) que a gente é 350% feminista, né?”.

A participante Maria comentou anteriormente que as pessoas com quem trabalha geralmente são mais conservadoras e são contra o feminismo e, por isso, a julgam feminista pela forma como ela se comporta. Portanto, percebe-se o julgamento feito por essas pessoas ao considerarem que Maria possui características diferentes das delas, que a fazem parecer feminista aos olhos delas.

Com relação a isso, Sennet (1998) afirma que a lógica da busca pelo eu mais autêntico é permeada pela mudança dos indivíduos na priorização da vida privada como referencial para essa autenticidade. Especificamente pensando sobre grupos conservadores, que valorizam a união entre a vida privada e a vida pública, e tomam a estrutura da vida privada como referência para a formação da sociedade, cria-se campo fértil para a crença de que os ideais conservadores são, supostamente, os mais autênticos. Por sua vez, grupos religiosos e conservadores, que já ocupam um espaço de poder hegemônico na sociedade brasileira, passam a compartilhar seus ideais como se eles fossem os mais corretos a serem seguidos, perpetuando a opressão de grupos historicamente excluídos e prejudicando no avanço da luta feminista.

Percebe-se, na sociedade atual, a formação de subjetividades mais narcísicas, que tomam como referência universal os próprios ideais e apenas conseguem enxergar o outro como um reflexo de si mesmos, sendo incapazes de reconhecer a validade das alteridades (Han, 2022; Sennet, 1998). Suposições e imposições sobre os indivíduos de como escolher viver suas vidas se tornam muito mais constantes, ao ponto de estarem presentes, por exemplo, se nos considerarmos feministas, ou se não nos considerarmos feministas. Ou seja, o processo de julgamento está presente em ambas as situações.

Ao se pensar nas redes sociais, nota-se que esses julgamentos e imposições são muito presentes, ao ponto de esvaziar conceitos importantes e torná-los distantes do que eles originalmente significavam (Ribeiro, 2020). Após perguntar sobre a presença do feminismo nas redes sociais ser positiva ou negativa, Maria afirmou:

“Não, eu acho que é positiva (...) As pessoas falarem das coisas sempre é positivo. Sempre. Agora, o que para mim nem sempre é positivo é 150 pessoas falarem num mesmo motivo, eu tenho visto, a gente vê coisas, sabe, a gente vê coisas. Aí, né? Um assédio, um caso desses, um assédio, aí nego, vai lá e “metralha” a pessoa. Daqui a pouco, daqui seis meses “ah, não foi bem assim, encontraram um vídeo aqui, não sei o que” então tipo assim, vai com calma, sabe. Eu sei que não dá também né? A rede tem hora que ela perde o controle, mas tem que acompanhar”.

Portanto, a participante Maria acredita que as redes sociais são contextos propícios à perda do controle de certas discussões e do compartilhamento de opiniões. Inicialmente, as redes sociais tinham uma proposta de conectar pessoas diferentes ao redor do mundo, mas percebe-se que, na realidade, o que ocorre é a utilização das redes para encontrar pessoas semelhantes entre si (Han, 2022). Por meio disso, provoca-se uma espécie de “doutrinação” das ideias próprias, de modo que o isolamento de grupos semelhantes que ocorre na internet reforça o enrijecimento de crenças pessoais, como se elas fossem crenças universalmente aceitas e/ou corretas, aplicáveis a todos os seres humanos.

Nesse sentido, cabe mencionar que Han (2022) discorre que o crescimento da produção e do compartilhamento de informações, a partir de certo ponto, deixa de ser

produtivo. Pode-se refletir que o compartilhamento exagerado de informações, juntamente com a “doutrinação” de outras pessoas a partir de nossas próprias ideias, resulta no fenômeno de distorção do feminismo, de forma que diversas informações e opiniões são compartilhadas sem filtros que mostrem, com clareza, o que é embasado em conhecimentos científicos ou que é apenas uma opinião pessoal sobre determinado tópico da sociedade.

Tais distorções acabam por atrapalhar o avanço do feminismo e de suas pautas. Sobre isso, Thais afirmou que no Instagram, por exemplo, o feminismo aparece de forma mais negativa: *“Mas que eu sinto que (...) não é abordado da forma certa e que acaba que aquele problema que é apresentado ele não vai ser solucionado. Não da forma como ele está sendo apresentado”*.

É possível notar que não existe uma luta organizada e coesa do feminismo na internet, de modo que as pessoas e as plataformas midiáticas escolhem livremente a forma como irão compartilhar ou praticar o feminismo nas redes sociais. Percebe-se, assim, que é de suma importância que o movimento feminista, bem como as feministas individualmente, ao se posicionarem de forma feminista e em nome do feminismo, tenham em mente o respeito ao outro e a coerência com o movimento que visam seguir, especialmente nas redes sociais.

Uma sugestão que a participante Maria compartilhou na entrevista sobre como fazer posicionamentos feministas é de os realizar com mais descrição. Existem, evidentemente, situações em que é necessário uma luta pública, generalizada, como fazer passeatas e protestos para impulsionar a realização de mudanças que não tem ocorrido em um determinado lugar. Entretanto, a participante expressou que não quer ser associada a um movimento que tem uma abordagem mais agressiva, como mulheres que andam peladas e pintadas nas ruas¹⁴.

¹⁴ Vide exemplo:

Mulheres se pintam e discursam em protesto contra violência no Recife; disponível em:

<https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/03/mulheres-se-pintam-e-discursam-em-protesto-contraviolencia-no-recife.html>

Iniciativas como essa podem afastar pessoas que não são a favor da exposição dos indivíduos (seja de seus corpos, seja de comportamentos, por vezes, mais agressivos ou provocativos) em público e podem criar mais polêmica, na sociedade atual, do que passar uma mensagem importante. Mas temáticas feministas são, muitas vezes, consideradas “transgressões” justamente por tratarem de temáticas como sexualidade e liberdade sobre o uso dos próprios corpos, que são temáticas relevantes para se pensar o avanço da igualdade nas relações entre homens e mulheres.

Assim, o feminismo fica em uma espécie de “corda bamba”, em que precisa balancear a abordagem das temáticas, mas que, pela natureza delas e de algumas formas de protesto, pode afastar públicos favoráveis ao movimento. Dessa forma, em certas situações, cabe às feministas utilizarem medidas mais estratégicas ao compartilharem noções e pautas feministas, visando não apenas chamar a atenção sobre determinada problemática, mas, também, efetivamente comunicar para a população que há um problema que precisa ser resolvido e que todos/as fazem parte da solução.

Existe, entretanto, um grupo de mulheres que explicitamente não gosta do feminismo e não desejam se vincular a ele. Como afirmou Maria: “(...) *a gente se depara com pessoas mais da direita, é, quando você fala ‘ah, fulano é feminista’. Nossa é uma ofensa (inaudível) é uma ofensa falar. ‘Não, eu não sou, eu sou Cristã, eu sou mãe, eu sou do Lar’*”. Portanto, nota-se que, de acordo com a participante Maria, algumas mulheres acreditam que ser “do lar” é algo oposto a ser feminista, por exemplo. Essas mulheres não se sentem acolhidas pelo feminismo.

É importante ressaltar que nenhuma pessoa é obrigada a ser feminista. Contudo, o feminismo tem a responsabilidade de abarcar todo tipo de mulher em seu movimento. Como é discutido por Hooks (2008), o feminismo visa acabar com a opressão e exploração sexista. Isso implica pensar em todas as formas de opressão e exploração oriundas do sexismo.

Implica, também, em defender a forma como as mulheres escolhem viver suas vidas e como desejam exercer a liberdade que possuem, seja sendo trabalhadoras, seja sendo donas de casa, entre outras escolhas.

Porém, acolher toda a diversidade de mulheres não é uma tarefa fácil. As interseccionalidades entre diferentes marcadores identitários; o direito das mulheres de escolherem como desejam seguir suas vidas; as diversas formas de opressão em relação às mulheres, que incluem o julgamento e a imposição sobre a vida das mulheres; são temáticas vastamente discutidas no campo teórico-conceitual feminista. Entretanto, percebe-se que há uma distorção com relação as informações produzidas e compartilhadas pelo movimento feminista.

Em um mundo globalizado, muitas informações são compartilhadas de qualquer forma e as pessoas, muitas vezes, tornam-se mais preocupadas em expressar suas opiniões do que contribuir positivamente para uma discussão. Como Laila afirmou, algumas pessoas aderem ao feminismo sem saberem o que, de fato, constitui suas pautas. O mesmo pode ser pensado sobre mulheres que não gostam do feminismo, que, na verdade, conhecem uma versão distorcida dele. Em outros casos, por conta da vastidão de informações sobre o feminismo presente na internet, que nem sempre são verdadeiras ou claras, os indivíduos podem ficar confusos sobre o que caracteriza, ou não, o feminismo. Como a participante Maria comentou:

“(...) e, sinceramente, é uma coisa que é bem embaralhada na minha cabeça, sabe, eu fico até calada quando alguém fala sobre isso, eu fico.. Eu não falo porque eu não sei se eu tô... então é um assunto que eu não gosto de discorrer, né? (...) Aí às vezes as pessoas falam ‘ah, porque isso é uma atitude feminista’, eu fico procurando o feminismo, aí eu não sei se é na atitude, se é na fala, se é no comportamento, se é na imagem. Aí eu embaralho tanto, eu falo ‘deixa para lá. Não quero saber. Não me interessa’”.

Em todas as situações, considera-se que a educação sobre o movimento feminista é extremamente importante. Ao perguntar para as participantes se elas acreditam que o

feminismo deve ser abordado nas instituições de ensino, todas responderam que sim. Em geral, as entrevistadas acreditam que o que é importante de se ensinar em escolas, por exemplo, seriam fatos históricos que foram fortemente influenciados pelo feminismo. A participante Thais apresentou o seguinte exemplo:

“(...) no mínimo, tudo que aconteceu é histórico, é um fato histórico. (...) Isso precisa ser abordado porque foi um movimento muito importante no século XX e está sendo no século XXI. A gente teve mudanças importantes na história de mulher poder votar, Lei Maria da Penha, e isso foi graças ao movimento”.

Logo, para a participante, é importante evidenciar a presença de mulheres em eventos históricos, bem como a relevância do feminismo para a mudança de condições de opressão das mulheres ao longo da história e na atualidade. Além disso, promover debates e discussões reflexivas sobre nossa sociedade sexista contribui para a quebra do ciclo de violências vividas, ainda hoje, pelas mulheres (Castello, 2022).

Pamela apresentou um exemplo de um documentário que assistiu em seu Ensino Médio, chamado “Simone de Beauvoir - Uma mulher Atual”. Pamela já havia percebido antes, na oitava série, que existem desigualdades entre as mulheres e os homens, porém foi a partir da promoção de um momento de reflexão, causado pelo documentário, que ela pôde entender o que é o feminismo de forma simples. Esse seria um exemplo pertinente do que pode ser realizado em sala de aula para provocar reflexões e construções de novos significados por parte de estudantes, que poderiam contribuir para uma sociedade menos sexista.

Como afirmam Madureira, Barreto e Paula (2018), a proibição da educação sobre gênero e sexualidade nas escolas é estratégica para a manutenção de noções patriarcais e sexistas presentes na sociedade. Sem a educação, é mantida a ignorância das crianças e dos adolescentes com relação aos seus direitos sexuais e reprodutivos, bem como é prejudicado o direito desses/as estudantes de terem acesso às informações. Dessa forma, é importante

trabalhar na superação da ideia de que não se pode discutir questões de gênero e sexualidade, a partir de um viés científico e direcionado para a promoção da saúde. Por meio da educação que os indivíduos podem exercer, de forma consciente, os seus direitos; e é através do conhecimento que podemos caminhar para uma sociedade menos intolerante e violenta com o que é socialmente considerado como “diferente”.

Além disso, a participante Laila também afirmou que: *“o que falta para as pessoas é o conhecimento, é o estudo sobre a pauta mesmo. É, é tipo uma filtragem mesmo, tipo, ‘ah, o que que, eu quero ser feminista’, mas tá, o movimento segue esses ideais, são os teus ideais?”*. Além disso, ao longo da entrevista, Laila afirmou que, para se preparar para a entrevista, pesquisou sobre o feminismo e viu que existem pautas que a interessam, o que reforça seu comentário sobre a importância da educação e do conhecimento.

Vale levar em consideração o comentário de Pamela sobre se sentir acolhida pelo feminismo:

“Talvez por ser mulher; né, essa questão. Pelas vezes que lutam pelos direitos e vão à frente, sabe, e tão sempre acolhendo. Eu conheço pessoas que são vítimas de algum tipo de machismo que lutam por isso. E elas não lutam por uma mulher só, lutam por várias”.

Para ela, o fato de ser mulher e perceber que o movimento luta, mesmo que indiretamente, por ela também, a faz se sentir acolhida pelo feminismo. Destarte, é fundamental tornar nítido que o feminismo tem como objetivo acabar com a opressão de *todas* as mulheres e destituir o sistema sexista. Portanto, é pertinente promover formas educativas de apresentar o feminismo às pessoas, mostrando a elas quais são suas reais pautas e quais são as lutas atuais. Dessa forma, as pessoas podem tomar decisões esclarecidas e conscientes sobre se querem ou não aderir às lutas feministas, bem como de que forma desejam contribuir para essas lutas.

Considerações Finais

O feminismo foi, e ainda é, um movimento de extrema importância para a busca de uma sociedade igualitária, menos violenta contra as mulheres. A primeira onda do movimento, que buscou o reconhecimento de direitos relacionados à possibilidade de as mulheres estarem presentes na vida pública, mostrou-se como o movimento que mais foi lembrado pelas participantes como o que teve influência positiva na qualidade de vida e saúde delas.

Além disso, a segunda onda, bem como a terceira, que aprofundaram estudos sobre os papéis sociais que homens e mulheres têm em uma sociedade patriarcal e sexista, tem uma importância significativa na luta feminista, através da desestabilização de noções pré-estabelecidas de gênero. Por meio dessas lutas, incitadas pelos estudos de gênero e pela aplicação, de forma prática dessa noção, o feminismo passou a utilizar as ferramentas necessárias para alcançar a liberdade de expressão sexual e de gênero para as mulheres, bem como para os homens.

Contudo, percebe-se que o movimento feminista possui uma reputação complicada. No caso do Brasil, o feminismo viveu, desde o momento em que o movimento organizado conquistou mais força, na época da ditadura militar, um delicado equilíbrio entre buscar realizar suas pautas, e seguir as pautas de outros movimentos sociais presentes. Além disso, o feminismo encontrava-se, em seu início, em uma “corda bamba” por conta da sua reputação de ser, por um lado, um movimento muito burguês para as pessoas de classes sociais menos favorecidas e, por outro lado, de ser um movimento muito liberal para pessoas de classe alta, ou, até, um movimento muito transgressor para grupos religiosos, que possuíam e ainda possuem muito poder de fala em nossa sociedade.

Em especial, nota-se atualmente, que alguns grupos religiosos fundamentalistas e/ou conservadores tornaram-se antifeministas e criaram uma reputação negativa sobre o movimento feminista, a partir de distorções sobre o que caracteriza o movimento. Exemplo disso seria o movimento contra a (suposta) “ideologia de gênero”, que, para eles, visa ensinar as crianças a escolher o gênero delas. Na verdade, o que eles tentam definir como uma “ideologia de gênero” é a tentativa de disponibilizar o que é de direito às crianças e aos adolescentes, ou seja, a educação com relação à sexualidade e a saúde sexual.

Esses grupos tentam estabelecer um “pânico moral” de que a suposta ordem “natural” da sociedade, baseada em papéis enrijecidos sobre o que homens e mulheres devem ser na sociedade, será destituída por meio da luta feminista. Prega-se uma diferenciação insistente de que a mulher, caso queira ser do lar e religiosa, não pode ser feminista, afastando mulheres das reais pautas feministas e causando uma impressão equivocada sobre o que é o movimento feminista.

Por outro lado, há, também, uma distorção que é realizada por feministas sobre o movimento. Algumas mulheres podem julgar outras mulheres com relação às escolhas que elas fazem sobre suas próprias vidas, por meio de reflexões precipitadas sobre o que é ser feminista. Infelizmente, esse julgamento por parte de algumas mulheres, reforça uma impressão negativa sobre o feminismo e torna-o menos acolhedor para com todas as mulheres, independentemente de suas escolhas de vida.

Além disso, foi abordada na pesquisa as influências da formação de grupos com base nas identidades das pessoas, que, por vezes, tornam-se discriminatórias quando se deparam com pessoas diferentes de si e de seu grupo identitário. Pode-se perceber esse fenômeno de discriminação presente, especialmente, na sociedade sexista, onde mulheres são discriminadas e oprimidas pelo simples fato de serem consideradas mulheres. Em menor

escala, pode-se perceber esse fenômeno, também, em algumas mulheres que se tornaram avessas à ideia da mulher do lar e discriminam mulheres que escolheram viver dessa forma.

A partir das entrevistas realizadas, nota-se que foi possível alcançar os objetivos propostos por essa pesquisa, de forma que foi explorado e interpretado, de forma aprofundada, as percepções das participantes entrevistadas sobre as transformações do feminismo no Brasil na atualidade. Também foi possível examinar quais fenômenos e processos identitários aproximam, bem como quais distanciam essas mulheres do movimento feminista e, a partir disso, identificar a importância de um feminismo mais acolhedor.

Vale comentar que a pesquisa realizada utilizou uma metodologia qualitativa e contou com a participação de quatro mulheres. Por meio de suas experiências, elas representam aspectos em comum com relação a outras mulheres, bem como representam aspectos diferentes. Portanto, percebe-se uma limitação que se apresentou no processo de realização da pesquisa, por conta da natureza da pesquisa realizada.

Em vista de abarcar uma maior quantidade de perspectivas sobre a temática pesquisada, a minha sugestão é de desenvolver uma pesquisa que vise abarcar uma maior quantidade de perspectivas de mulheres, bem como de outros indivíduos com outras identidades de gênero. Para isso, cabe pensar na possibilidade de desenvolver uma adaptação dessa pesquisa para uma metodologia quantitativa. Além disso, também é importante pensar que temos um problema na disseminação consistente e coerente dos conhecimentos feministas para a população, de forma geral.

Por meio da pesquisa realizada, foi possível notar que a educação com relação ao feminismo e suas pautas é de suma importância, porém ela não ocorre de forma consistente e apresenta-se, algumas vezes, de forma distorcida. Acredito que como pesquisadora e como feminista, minha comunidade de acadêmicos/as feministas pode contribuir muito para a

produção de materiais educativos que tornem mais acessível as informações sobre o feminismo.

Portanto, deixo aqui um incentivo, tanto para mim, quanto para meus/minhas colegas buscarmos formas de conseguirmos realizar essa missão. Podemos, com isso, diminuir os impactos da disseminação de informações distorcidas sobre o feminismo e atrair, de forma acolhedora, mais pessoas para a luta feminista.

Referências Bibliográficas

- Araujo, I. A. A. D. (2020). *Práticas pedagógicas e os estudos de gênero: a valorização da diversidade e a promoção de uma cultura de paz*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Bairros, L. (1995). Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, 3(2), 458-463.
- Bittencourt, N. A. (2015). Movimentos feministas. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, 1(1), 198-210.
- Botton, F. B. (2010). Richard Sennett. O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. *Antíteses*, 3(5), 623-633.
- Butler, J. (2018). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. In J, Butler (Ed.). *Sujeitos do sexo/gênero/desejo* (15-60), Editora José Olympio.
- Castello, C. C. S. (2022) *Redes sociais: possível recurso educativo na prevenção do sofrimento psíquico associado aos padrões estéticos hegemônicos femininos?*. Monografia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Collins, P. H.(2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo editorial.
- Conselho Federal de Psicologia (2005). *Código de Ética Profissional*. Brasília, DF.
- Conselho Federal de Psicologia (1999). *Resolução 001/99*. Brasília, DF.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1998)*. Brasília. Recuperado em 26 de maio de 2023.
- Daflon, V. T., Costa, D. T., & Borba, F. (2021). Gênero, feminismo e geração: uma análise dos perfis e opiniões das mulheres manifestantes no Rio de Janeiro. *Cadernos Pagu*, 61, 1-20.

- Galinkin, A. L. & Zauli, A. (2011). Identidade social e alteridade. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.) *Psicologia Social: principais temas e vertentes* (pp. 253-261). Artmed.
- Gomes, S.F., Penna, J.C.B.D.O., & Arroio, A. (2020). Fake news científicas: percepção, persuasão e letramento. *Ciência & Educação (Bauru)*, 26, 1-13.
- Gomes, R. (2016) Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp.72-95). Vozes.
- González Rey, F. (2005). O compromisso ontológico na pesquisa qualitativa. In F. González Rey (Ed.), *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação* (pp. 1-28). Thomson Pioneira.
- Goulart, G. (2012). O impacto das novas tecnologias nos direitos humanos e fundamentais: o acesso à internet e a liberdade de expressão. *Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global*, 1(1), 145-168.
- Hall, S. (1998). *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A Editora.
- Han, B. C. (2022). *A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje*. Editora Vozes.
- Harvey, D. (2005). O neoliberalismo. *História e implicações*. São Paulo: Loyola.
- Hooks, B. (2008). *O Feminismo é Para Todo Mundo: Políticas Arrebatadoras*. Rosa dos Tempos.
- Junqueira, R. D. (2022). Uma ofensiva antigênero. In R.D, Junqueira (Ed.), *A invenção da “ideologia de gênero”: um projeto reacionário de poder* (1-34). Editora LetrasLivres.
- Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 (2006)*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a

- Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Presidência da República*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Lionço, T. (2017). Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37, 208-223.
- Louro, G. L. (1998). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Editora Vozes.
- Madureira, A. F. A. (2018). *Social Identities, Gender, and Self: Cultural Canalization in Imagery Societies*. In A. Rosa & J. Valsiner (Eds.), *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology* (pp. 597-614). Cambridge – UK: Cambridge University Press.
- Madureira, A. F. A. & Barreto, A. L. C. S. (2018). Diversity, Social Identities, and Alterity: Deconstructing Prejudices in School. In A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Eds.), *Alterity, Values, and Socialization: Human Development Within Educational Contexts* (pp.167-190). Springer International Publishing.
- Madureira, A. F. A.; Barreto, A. L. C. S. & Paula, L. D. (2018). Educação, política e compromisso social: desconstruindo o mito da neutralidade pedagógica. In E. Tunes (Org.), *Desafios da educação para a psicologia* (pp. 137-153). CRV Editora.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2015). Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Temas em Psicologia*, 23(3), 577-591.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Mediação.

- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia*, 9(1), 63-75.
- Mendes, A. A., Gonzaga, B., Moreira, O. A., Madaleno, J. F. B., Silverol, K.P., Dutra, M. R., Cerqueira, V. A., Huebra, B. A. & Silverio, J. R., (2014). *Abordagens sobre o feminismo*. In XVIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Linguística Textual e Pragmática. Rio de Janeiro: CIFEFIL
- Minayo, M. C. S. (2016). *O desafio da pesquisa social*. Em M. C. S. Minayo (Org.), Pesquisa Social: teoria, método e criatividade (pp. 9-28). Vozes.
- Miskolci, R. & Campana, M. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, 32(3), 725-747.
- Oliveira, I. M. D. (2022). *Fundamentalismo religioso e direitos reprodutivos no Brasil contemporâneo: a educação como instrumento transformador*. Monografia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Paula, L. D., & Branco, A. U. (2022). Desconstrução de preconceitos na escola: o papel das práticas dialógicas. *Estudos de Psicologia*, 39, 1-12.
- Pereira, O. P. (2004). O ethos do indivíduo grego e o êxtase do sujeito contemporâneo. *DIFEL*, 2(19), 115-137.
- Rago, M. (1998). Epistemologia feminista, gênero e história. *Masculino, feminino, plural*. 25-37.
- Ribeiro, D. (2020). *O que é lugar de fala?* Editora Letramento.
- Sarti, C. A. (1988). Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cad. Pesqui*, 64, 38-47.
- Sennet, R (1998). O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. Companhia das Letras.
- Silva, M. R. G. (2014). *Mulheres negras e escolarização: possíveis implicações do racismo e*

do sexismo nos processos educativos. Monografia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Sousa, A. A. D. (2021). *Padrões estéticos hegemônicos, mídia, doenças da beleza e psicologia clínica na sociedade brasileira contemporânea*. Monografia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Verlaet, P. M. (2021). *As contribuições da psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional, no enfrentamento da violência contra as mulheres*. Monografia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. Em T. T.

Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72).

Vozes.

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris Editora.

Anexos

Anexo A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

“Processos identitários e feminismo na sociedade brasileira atual a partir da perspectiva de mulheres”

Instituição das pesquisadoras: Centro Universitário de Brasília - CEUB
Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira
Pesquisadora assistente: Julia Espinosa Bittar

Você está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a expressar a sua concordância. Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo deste estudo é investigar as transformações do feminismo no Brasil na atualidade a partir da percepção de diferentes mulheres.
- Você está sendo convidada a participar exatamente por corresponder ao perfil de participante delimitado para essa pesquisa.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder uma entrevista individual virtual sobre o tema focalizado na pesquisa.
- O procedimento consiste em uma entrevista individual virtual, com a apresentação de perguntas previamente formuladas. A entrevista será gravada em áudio, com o seu consentimento, para facilitar o posterior trabalho de análise.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada de modo virtual. De forma mais específica, a entrevista será realizada através da plataforma do Google Meet.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui baixos riscos que são inerentes ao procedimento de entrevista.
- Medidas preventivas serão tomadas durante a entrevista para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que o(a) participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.
- Considerando os riscos potenciais deste estudo, caso seja necessário, será garantido o direito

à assistência (imediata, integral e sem ônus) ao(à) participante, devido a danos decorrentes da participação na pesquisa e pelo tempo que for necessário (Resolução CNS nº 466 de 2012, itens II.3.1 e II.3.2).

- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo, ou poderá interromper sua participação a qualquer momento.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada acerca do tema investigado.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um(a) dos(as) pesquisadores(as) responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos(as) pesquisadores(as) e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente, Julia Espinosa Bittar, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/CEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966-1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. O horário de atendimento do CEP-CEUB é de segunda a quinta: 09h às 12h30 e 14h30 às 18h30.

O CEP é um grupo de profissionais de várias áreas do conhecimento e da comunidade, autônomo, de relevância pública, que tem o propósito de defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Ao expressar a sua concordância, você confirma que leu as afirmações contidas neste termo de consentimento, que foram explicados os procedimentos do estudo, que teve a oportunidade de fazer perguntas, que está satisfeita com as explicações fornecidas e que decidiu participar voluntariamente deste estudo.

Caso tenha qualquer dúvida sobre a pesquisa, incluindo os danos possíveis, entre em contato com a pesquisadora responsável e com a pesquisadora assistente pelo celular ou pelo e-mail apresentados a seguir.

Eu _____, após receber a explicação completa dos

objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa, concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Brasília, ____ de _____ de 2023.

Participante

Ana Flávia do Amaral Madureira
Celular: (61) 99658-7755, E-mail: ana.madureira@ceub.edu.br

Julia Espinosa Bittar assistente,
Celular: (61) 998101399, E-mail: bittar.julia9@gmail.com

Endereço dos(as) responsável(is) pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília – CEUB
Endereço: SEPN 707/907, Campus do CEUB
Bairro: Asa Norte
Cidade: Brasília - DF
CEP: 70790-075
Telefone p/contato: (61) 3966-1201

Anexo B

Roteiro de Entrevista

1. Inicialmente, gostaria que você falasse um pouco sobre você. Quais são os seus hobbies? Você utiliza redes sociais no seu cotidiano? Quais são suas redes sociais preferidas?
2. O que é ser mulher, para você?
3. Você já sentiu ter sido discriminada, desrespeitada ou diminuída por ser mulher, ou não? (Se sim, como foi? Como você se sentiu?)
4. Em sua opinião, o que é o feminismo?
5. Como você chegou a conhecer o feminismo?
6. Você se considera feminista, ou não? Por quê?
7. Você participa do movimento ou da luta feminista, ou não? Por quê? (Se sim, como? Você poderia apresentar alguns exemplos?)
8. Com relação ao feminismo do passado, você acredita que tiveram conquistas do movimento que contribuem para sua saúde e qualidade de vida atualmente, ou não? (Se sim, qual/quais?) E com relação ao feminismo de hoje em dia? (Se sim, qual/quais seriam as contribuições?)
9. Você teria alguma experiência marcante que a atraiu (ou a afastou) do movimento feminista para compartilhar? (Se sim, como foi essa experiência? Como você se sentiu?)
10. Você se sente acolhida pelo feminismo, ou não? Por quê?
11. Por que você acha que algumas mulheres passam a seguir o feminismo?
12. Por que você acha que algumas mulheres não se sentem parte do feminismo?
13. Você acredita que o feminismo ainda é importante, ou não? Por quê?

14. Na sua opinião, há algo a ser melhorado no feminismo, ou não? (Se sim, o quê deve ser melhorado?)
15. Você acha que as instituições de ensino (como escolas e faculdades) devem abordar questões ligadas ao feminismo, ou não? Por quê?
16. Você gostaria de acrescentar algo?

Anexo C

Parecer do CEP CEUB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Processos identitários e feminismo na sociedade brasileira atual a partir da perspectiva de mulheres

Pesquisador: Ana Flávia do Amaral Madureira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 73626523.1.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.335.596

Apresentação do Projeto:

A pesquisa "Processos indentitários e feminismo na sociedade brasileira atual a partir da perspectiva de mulheres", está representada por meio da inclusão dos itens, Desenho, Metodologia, Objetivos e Riscos e Benefícios:

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo geral investigar as transformações do feminismo no Brasil na atualidade a partir da percepção de diferentes mulheres. Este projeto específico envolve a utilização de uma metodologia qualitativa de investigação. As participantes serão mulheres com diferentes pertencimentos étnico-raciais, orientações sexuais, idades e escolaridades. Em termos metodológicos, será utilizada uma metodologia de investigação qualitativa mediante a realização de entrevistas individuais semiestruturadas virtuais com as participantes. Todas as participantes serão pessoas maiores de idade, que não fazem parte de populações vulneráveis e que serão selecionadas via rede interpessoal da pesquisadora e não via instituição. Será mantido o sigilo em relação à identidade pessoal das participantes e todas receberão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com o modelo disponibilizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília. Após a realização das entrevistas, as mesmas serão transcritas e interpretadas a partir de categorias analíticas temáticas, construídas após a transcrição das entrevistas. Tais categorias serão elaboradas a partir de temas relevantes, considerando a fundamentação teórica, os objetivos do

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 6.335.596

estudo e as informações construídas na pesquisa de campo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

"Investigar as transformações do feminismo no Brasil na atualidade a partir da percepção de diferentes mulheres".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

"A pesquisa apresenta baixos riscos. Tais riscos são inerentes ao procedimento de entrevista. Medidas preventivas durante a entrevista virtual serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será apresentada a orientação de que não existem respostas certas ou respostas erradas e que é esperado que as participantes respondam de acordo com as suas opiniões pessoais. Mesmo assim, caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento às participantes, as mesmas não precisam realizá-lo".

Benefícios:

"Ao participar do estudo, as participantes irão colaborar com o desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada sobre a temática investigada".

As informações em questão estão de acordo com a Resolução Nº466/12 no item V – DOS RISCOS E BENEFÍCIOS

"Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes. Devem ser analisadas possibilidades de danos imediatos ou posteriores, no plano individual ou coletivo. A análise de risco é componente imprescindível à análise ética, dela decorrendo o plano de monitoramento que deve ser oferecido pelo Sistema CEP/CONEP em cada caso específico".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa em questão se caracteriza por sua relevância social e acadêmica indo ao encontro das questões sociais estruturadas e estimulando a sistematização de ações que possibilitarão uma nova e mais justa realidade social. Está em consonância com a Resolução Nº 466/12 do Conselho

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 6.335.596

Nacional de Saúde-CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A Folha de Rosto foi apresentada e está devida, bem como o Cronograma de Execução e a Identificação Orçamentária. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE está de acordo com a Resolução Nº466/12 quanto ao item IV,IV – DO PROCESSO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO "O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe com consentimento livre e esclarecido dos participantes, indivíduos ou grupos que, por si e/ou por seus representantes legais, manifestem a sua anuência à participação na pesquisa..."

Recomendações:

O CEP-UniCEUB ressalta a necessidade de desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o protocolo avaliado e aprovado, bem como, atenção às diretrizes éticas nacionais das Resoluções nº 446/12 e nº 510/16 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto:

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco; II - desenvolver o projeto conforme delineado; III - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; IV - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento; manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; VI - elaborar e apresentar os relatórios parciais e final; VII - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança, interrupção ou a não publicação dos resultados.

Ao final do estudo, os pesquisadores devem enviar o Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa em questão está aprovada e poderá ser iniciada, pois está de acordo com a Resolução

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 6.335.596

CNS Nº466/12.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer homologado na 16ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB de 2023, em 15 de setembro.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2193728.pdf	28/08/2023 14:50:01		Aceite
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Monografia_Julia_Bittar.pdf	28/08/2023 14:49:35	JULIA ESPINOSA BITTAR	Aceite
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_assinada_Projeto_1.pdf	28/08/2023 14:45:46	JULIA ESPINOSA BITTAR	Aceite
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/08/2023 14:42:07	JULIA ESPINOSA BITTAR	Aceite

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 29 de Setembro de 2023

Assinado por:
Marília de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador(a))

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br